SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E QUESTÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Conflitos ambientais mediados pela questão habitacional no município de Aracaju

Ciências Sociais Aplicadas
Serviço Social

Relatório Final
Período da bolsa: (PIBIC 2020/2021 (01/08/2020 a 31/08/2021))

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica
PIBIC/COPES

Orientadora: Profa. Dra. Carla Alessandra da Silva Nunes
Autor: Marcelo Santos do Nascimento

Sumário

1- INTRODUÇÃO 3
2- OBJETIVOS 4
2.1-GERAL 4
2.2-ESPECÍFICOS 5
3- METODOLOGIA 5
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES 8
4.1 - QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL: A EXPANSÃO URBANA EM ARACAJU 8
4.2 CONHECENDO ARACAJU: FRAGILIDADES AMBIENTAIS E DESIGUALDADES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES 12
4.3. AS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO EM ARACAJU E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS 15
4.4- UM CONFLITO EMBLEMÁTICO: A OCUPAÇÃO DAS MANGABEIRAS 30
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS 35
6- PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS 36
7- REFERÊNCIAS 37
8- OUTRAS ATIVIDADES 42

CONFLITOS AMBIENTAIS MEDIADOS PELA QUESTÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE ARACAJU

1- INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento capitalista produziu intensas transformações no contexto econômico, social, político, cultural e ambiental. Especialmente na dinâmica socioespacial esse desenvolvimento se reflete numa urbanização acelerada que não ocorre sem contradições. O presente trabalho se insere no campo de estudos que contribui para elucidar as contradições da expansão urbana, abordando, especificamente no município de Aracaju, a problemática habitacional e os conflitos socioambientais deflagrados pela apropriação capitalista do solo urbano, que produz desigualdades sociais e ambientais, promove a segregação socioespacial e precariza ou nega às classes trabalhadoras o direito à moradia adequada e a um meio ambiente equilibrado.

A proposta de pesquisa pretendeu contribuir com os estudos que articulam a questão urbana e a questão ambiental por meio dos conflitos ambientais urbanos. A perspectiva foi trazer à tona os processos de desigual produção e apropriação do espaço urbano, o que inclui sua relação com a natureza, mediação fundamental para entender as condições de produção e reprodução da vida através do trabalho, sob a lógica das relações de produção capitalistas.

A cidade como mercadoria (VAINER, 2000), seja pela via da especulação imobiliária, do turismo, da mercantilização dos serviços urbanos torna-se meio para a reprodução ampliada do capital, especialmente em tempos de mundialização financeira, enquanto que a segregação espacial e social da classe trabalhadora na periferia da cidade configura um quadro de reprodução ampliada da pobreza. Correndo os riscos das ocupações irregulares/precárias em áreas inadequadas para moradia (habitações subnormais), comprometendo parte do seu salário ou renda do trabalho informal para pagamento de aluguéis ou financiamentos de casa própria, cada vez mais submetida à especulação financeira do mercado imobiliário, recai também sobre a classe trabalhadora o ônus dos impactos ambientais gerados pelo modo perdulário com que o capital se utiliza dos recursos naturais, privatiza áreas de natureza exuberante, polui, esgota, aterra, enquanto a pobreza desprovida de condições de habitabilidade adequada enfrenta o precário acesso a água potável e saneamento básico, desabrigamentos e mortes provocadas por desmoronamentos de encostas, alagamentos, inundações e demais efeitos da poluição e devastação ambientais.

Nos últimos anos, particularmente a pobreza absoluta vem sendo alvo central de pesquisas, estudos, debates e proposições de um conjunto de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. A despeito de ser medida por diferentes e complexos mecanismos estatísticos e compreendida por diferentes perspectivas teóricas que orientam diversas estratégias políticas, a pobreza é reconhecidamente uma problemática que se agrava no capitalismo contemporâneo. Tanto que sua redução ou erradicação (trata-se aqui da pobreza extrema, absoluta) vem sendo apontada como um dos fatores decisivos para se alcançar o propalado "desenvolvimento humano" (ONU, 1990), perspectiva que orientou a aprovação da Declaração do Milênio em 2000 (ONU, 2000) e a atual agenda do Desenvolvimento Sustentável para 2030 (ONU, 2015).

Contudo, tal promessa se faz em um contexto de mundialização do capital (CHESNAIS, 2005) sob hegemonia da financeirização propiciada pelos mecanismos de liberalização financeira, desregulamentação e flexibilização do mercado, do trabalho, como bem traduz os processos de reestruturação produtiva (HARVEY, 1993). Obviamente tais processos foram apoiados na periferia do sistema capitalista, a exemplo do Brasil, pela contra-reforma do Estado (BEHRING, 2003) que numa clara ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, num movimento regressivo de avanço dos direitos sociais, assegurou o ajuste fiscal, o superávit primário, o desmonte das políticas públicas sociais, as privatizações, criando o ambiente econômico e político favorável para o capital sobreacumulado, num amplo processo de "acumulação por despossessão" (HARVEY, 2011) dos bens públicos como novas áreas de valorização do capital, a exemplo dos direitos sociais (mercantilização da saúde, previdência, educação, habitação), do fundo público (juros de dívida) e dos recursos naturais.

Em síntese, o que pretendemos chamar atenção é que o quadro de "vulnerabilidades" sociais ou ambientais que "incapacitam" o pobre para enfrentar os "riscos" é produzido pelas próprias contradições, agora mais aprofundadas, do capitalismo monopolista na contemporaneidade.

2- OBJETIVOS

2.1-GERAL

- Caracterizar os conflitos ambientais urbanos deflagrados pela questão habitacional no município de Aracaju.

2.2-ESPECÍFICOS

- Mapear em que locais (zonas/ bairros) do município de Aracaju ocorrem os conflitos socioambientais deflagrados pela questão habitacional, como se manifestam e quais os sujeitos envolvidos (classes, segmentos de classes, empreendedores, agentes públicos, movimentos sociais).
- Identificar os recursos ambientais em disputa (águas doces, salgadas, mangues, lagoas, terra) e as condições ambientais de habitabilidade nos negócios e empreendimentos imobiliários, públicos e privados e nas ocupações subnormais no município de Aracaju.

3- METODOLOGIA

O relatório que ora apresento busca expor os resultados finais da pesquisa, considerando especialmente os objetivos específicos propostos no plano de trabalho "Conflitos ambientais mediados pela questão habitacional no município de Aracaju", que venho desenvolvendo na condição de bolsista PIBIC, quando foi possível executar a proposta metodológica de uma pesquisa de tipo exploratória, que segundo Gil (1995, p.45) proporciona maior familiaridade com o problema e possibilita a construção de hipóteses e novas pesquisas.

O levantamento e revisão bibliográfica foram feitas a partir de textos que abordassem as temáticas relacionadas à pesquisa, dando ênfase aos textos de David Harvey (2012) e Eliana Guerra (2014) no que se refere aos aspectos mais gerais da questão urbana e ambiental, às contribuições de Acselrad (2014) e Ana Fani Alessandri Carlos (2020) sobre conflitos socioambientais e segregação socioespacial e ao texto de França (2019) sobre os desdobramentos da questão habitacional em Aracaju. Como direcionamento teórico metodológico foi feito estudo sobre o método com base no texto de Netto (2011) acerca do materialismo histórico dialético, o qual direciona essa pesquisa.

Para a coleta de dados foram utilizadas fontes documentais. Num primeiro momento ocorreu o levantamento de notícias em sites de jornais locais para acompanhar o desenrolar de um conflito socioambiental de grande repercussão em Aracaju, o conflito na Ocupação das Mangabeiras, que apesar da sua emergência em 2014, ano da ocupação, teve importantes

desdobramentos de luta e resistência em 2020, no momento em que iniciávamos a pesquisa[1]. Num segundo momento, foi feito um levantamento de teses e dissertações no site da Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Sergipe- UFS, tendo em vista identificar as teses em um recorte temporal de 2010-2019 que tiveram como objeto de pesquisa a questão habitacional no município de Aracaju. No site do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), na busca pela teses/dissertações foram utilizadas os seguintes termos: Aracaju; espaço urbano, impactos ambientais; habitação/moradia; segregação socioespacial; conflitos socioambientais; lutas sociais. A busca teve observância no título, nas palavras-chave, nos resumos e nos sumários dos documentos. Foram encontrados 11 documentos, conforme sistematização no Quadro 1:

QUADRO 1- SISTEMATIZAÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES DO PPGEO

ORDEM	ANO DE DEFESA	TIPO DO DOCUMENTO	TITULO/REFERÊNCIA COMPLETA
01	2019	Tese Doutorado	SANTANA, Leandro Barros de. Fragilidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Aracaju/SE. 2019. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.
02	2019	Tese Doutorado	SANTOS, Antônio Santiago Pinto. Uso de geotecnologias no estudo da organização socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju. 2019. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.
03	2018	Tese Doutorado	ANDRADE, Vanilza da Costa. Programa Minha Casa, Minha Vida: financeirização da política habitacional e relações patrimonialistas em Sergipe. 2018. 193 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.
04	2018	Tese Doutorado	SANTOS, Mário Jorge Silva. A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju(SE) : interfaces da ação do estado e do capital. 2018. 449 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

[1] A caracterização do conflito na Ocupação das Mangabeiras, realizada pela equipe PIBIC, foi publicada no artigo "Questão Habitacional e Desenvolvimento (In)Sustentável: desigualdades sociais e ambientais "nos barracos da cidade" de Aracaju" que compõe a coletânea de textos Pensar Sergipe, organizada pelo GEPEM-UFS .

05	2018	Tese Doutorado	MALTA, Judson Augusto Oliveira. Fitogeografia urbana e condicionantes socioambientais em Aracaju-SE (1978-2018). 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018
06	2017	Dissertação Mestrado	SANTOS, Jorge Edson. A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU). 2017. 170 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017
07	2016	Dissertação Mestrado	BRAZIL, João Luiz Santana. Eventos pluviais extremos e risco de inundações na cidade de Aracaju/SE. 2016. 106 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.
08	2016	Tese Doutorado	SILVA, Daniel Almeida da. Nos(dos) meandros ambientais : a natureza das águas urbanas em Aracaju. 2016. 193 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
09	2016	Dissertação Mestrado	SOUZA, Alessandra Magda dos Santos de. Condomínios horizontais exclusivos e a dinâmica socioespacial no litoral metropolitano de Aracaju (SE). 2016. 258 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
10	2014	Dissertação Mestrado	BEZERRA, Givaldo Santos. Dinâmica, Ocupação e Impactos Socioambientais na Microbacia Do Rio Do Sal.2014. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
11	2012	Dissertação Mestrado	SANTOS., Geisedrielly Castro dos. Dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia. 2012. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012

Fonte: UFS. Programa De Pós-Graduação em Geografia. Elaborado pelos/as autores/as.

Considerando os limites de tempo da pesquisa PIBIC, foram selecionadas para leitura as seguintes teses de doutorado: “A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju(SE) :interfaces da ação do estado e do capital” do autor Mario Jorge Santos (SANTOS, 2018); a do autor Leandro Barros de Santana (SANTANA, 2019), intitulada “Fragilidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Aracaju/SE”; a da autora Vanilza da Costa Andrade (ANDRADE, 2018), com o título “Programa Minha Casa, Minha Vida : financeirização da política habitacional e relações

patrimonialistas em Sergipe"; a do autor Jorge Edson Santos, (SANTOS, 2017) "A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)" ; a tese de Daniel Almeida da Silva (SILVA, 2016) "Nos(dos) meandros ambientais : a natureza das águas urbanas em Aracaju" e a da autora, Alessandra Magda dos Santos de Souza, (SOUSA, 2016) "Condomínios horizontais exclusivos e a dinâmica socioespacial no litoral metropolitano de Aracaju" , num total de seis produções, avaliando que as mesmas contribuem para o atendimento dos objetivos da nossa pesquisa. Além destas, outras fontes complementares foram utilizadas, recorrendo a artigos, relatórios de pesquisas e notícias de jornais locais sobre conflitos socioambientais mediados pela desigualdade habitacional em Aracaju.

A análise dos dados baseou-se no materialismo histórico dialético que permite conhecer "as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa". (NETTO, 2011 p.46). Nessa perspectiva, a teoria de Marx é social devido a ter como objeto investigativo a sociedade burguesa, que tende a ser um objeto inesgotável e transitório na história. A análise dos dados a partir da teoria social de Marx buscou apanhar o movimento da realidade, já que entendemos ser a teoria uma reprodução ideal do objeto em movimento. O conhecimento é a representação ideal do movimento real dos objetos, isto é, ele propicia uma teoria que visa sair da aparência até alcançar a essência das coisas:

> A teoria é a reprodução, no plano do pensamento do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência, ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo) o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-4.los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. (NETTO ,2011, p.25)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 - QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL: A EXPANSÃO URBANA EM ARACAJU

A partir da mundialização financeira e das crises estruturais e cíclicas do capital, o modelo capitalista de produzir adentra em uma lógica de acumulação e produção, no qual utiliza o espaço urbano como um elemento de solucionar as crises. Assim afirma Guerra

(2014): “o modo capitalista de produção alcançou níveis de desenvolvimento tais, que têm possibilitado a produção e superprodução, impondo necessidades de ampliação do consumo e de novos espaços de valorização do capital”. A busca de novos espaços de valorização implicou, de acordo com Harvey (2012), em uma busca constante e ampliada na mercantilização e valorização do solo urbano, na especulação financeira urbana, sempre como forma de enriquecer e fortalecer o empresariado na extração de mais-valia, o que se configura numa apropriação capitalista da cidade. Para o autor, “a urbanização desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito a cidade”. (HARVEY, 2012, p. 85)

O Brasil, por se constituir num capitalismo retardatário e periférico, tem na questão urbana uma expressão do aprofundamento das desigualdades, determinadas pelas relações sociais capitalistas no campo e na cidade. Segundo Guerra (2014) o capital financeiriza e mercantiliza o direito à moradia pelo viés de políticas de ajustes neoliberais, tendo em vista um Estado que privilegia as classes dominantes. Em Aracaju e na sua região metropolitana, esse modo de operar do capital e do Estado resulta na segregação socioespacial, conforme análise a seguir:

> [...] os grupos socialmente mais fragilizados acabam subjugados a essa norma vigente de uso e valor do solo, tendo seus espaços de habitação, muitas vezes usurpados, condicionados a uma norma de troca, na qual o resultado é o seu deslocamento para áreas ainda mais distantes da RMA, abrindo espaço para que o capital se reproduza, destruindo as barreiras por meio da expansão do urbano, cada vez mais hierarquizado. (SANTOS, 2018, p.283)

Assim os processos de produção e apropriação do espaço urbano, o que inclui sua relação com a natureza, mediação fundamental para entender as condições de produção e reprodução da vida através do trabalho, são subordinados à lógica das relações de produção capitalistas e como tais seguem a primazia do atendimento aos interesses de mercantilização da cidade e da casa como valor de troca, em detrimento do seu valor de uso e das necessidades sociais, processo que se agrava no contexto contemporâneo de crise do capital.

Logo, a questão urbana ocorre devido ao processo mercantilista do uso do espaço urbano, regrado pelo seu valor de troca e não mais pelo seu valor de uso. Com o uso destrutivo do capital há um agravamento da questão urbana e da questão ambiental. Guerra (2014) tem acordo com análises que consideram a questão urbana como a maior causa da crise global do meio ambiente. Em razão disso cita Davis (apud GUERRA, 2014, p. 261):

“[...] a vida humana está destruindo rapidamente o nicho ambiental, a estabilidade climática holocêntrica que tornou possível sua evolução na ecologia planetária dominante”.

A partir dessa análise fica claro que para o capital se reproduzir e criar valor é preciso a destruição do meio ambiente e transformá-lo em espaços urbanos de grande valor especulativo imobiliário. Essa lógica mercantilista de produzir também é inserida no município de Aracaju, como mostra o Diagnóstico da cidade de Aracaju (2014, p.22),

> O município está assentado sobre terrenos inconsolidados de Sedimentos Quaternários, da Planície Litorânea, com altitudes médias de 4 metros acima do mar. Estas condições ambientais proporcionam a presença de lagoas, riachos, restingas, dunas e manguezais que, ao longo da ocupação urbana, foram sendo pressionados, através de aterros, desmonte de dunas, canalização de riachos, entre outras ações.

Conforme os autores estudados, o espaço urbano e ambiental é palco de lutas de classes, no qual há um acirramento de conflitos socioambientais demarcado por aqueles que detêm os meios de produção e população menos favorecida, que a todo tempo anseia por direito à moradia digna e de qualidade, com acesso a bens e serviços.

O Estado a serviço do capital traduz nas políticas de ajuste os interesses que serão atendidos e os que serão negados. Assim, enfatiza Guerra (2014, p.262):

> As intervenções mais recentes do Estado seguem a lógica de ajuste, em beneficio do grande capital e em detrimento das necessidades de amplos setores da população urbana que há décadas anseiam pelo direito à cidade, a uma moradia digna a serviços de públicos de caráter universal. [...] vivemos tempos de fusão de capitais, de políticas focalistas de combate a pobreza, de regressão de direito, de formas autoritárias e de cunho higienista de tratar a pobreza extrema.

Diante dessas afirmações, o município de Aracaju, não se encontra fora dessa lógica de acumulação capitalista, visto que a capital sergipana tornou-se eixo de grande investimento de capital, a partir de políticas nacionais e locais, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB/SE). Essas políticas foram fundamentais para que Aracaju começasse a desenvolver-se como centro urbano. (SANTOS, 2018).

Ademais é preciso ressaltar que o município de Aracaju faz parte da Região Metropolitana de Aracaju, o que expressa o seu crescimento para fora dos limites da cidade. No ano de 1995, a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) foi criada a partir da Lei Complementar Estadual nº 25, na qual ficou decretado que os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão formalizavam a composição da

Microrregião de Aracaju. De acordo com Santos (2018, p.65) “a Região Metropolitana de Aracaju, criada pelo Governo do Estado e aprovada pela Assembleia Legislativa, é considerada área de interesse especial, com dotação orçamentária própria para execução de interesses comuns aos municípios”. A área da RMA vem apresentando acelerado crescimento da população urbana desde os anos 1980 e chegou em 2010 a alcançar um total de 859.965hab./km², sendo a quarta região com maior densidade demográfica do Nordeste e a sétima em termos nacionais, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife. (MATOS,2010).

As razões para esse adensamento populacional podem ser explicadas pelas características mais gerais da formação social brasileira baseada na “modernização conservadora” que manteve o latifúndio como base da estrutura agrária enquanto desenvolvia a industrialização tardia e a urbanização acelerada e caótica das cidades através de amplos processos migratórios campo-cidade. Esse processo de urbanização se deu convivendo com o atraso expresso nas precárias habitações e ausência de serviços básicos para a classe trabalhadora e Aracaju não se distanciou desse modelo. Sua urbanização ocorre estimulada pelas políticas desenvolvimentistas com investimentos importantes no setor produtivo nos anos 1960 e 1970, a exemplo da exploração de petróleo, da criação do Distrito Industrial e de uma série de obras públicas de infra-estrutura que, em conjunto, tornaram Aracaju um pólo de atração migratória estadual e regional. (FRANÇA,2019)

Em relação à abrangência territorial e população estimada da RMA para 2020, segue o quadro a seguir:

QUADRO 2- POPULAÇÃO E ÁREA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA 2020	ÁREA TERRITORIAL 2019
Aracaju	664.908 pessoas	182.163 Km²
Barra dos Coqueiros	30.930 pessoas	92.268 Km²
Nossa Senhora do Socorro	185.706 pessoas	155.018 Km²
São Cristovão	91.093 pessoas	438.037 Km²
TOTAL	**972.637 pessoas**	**867.486 Km²**

Fonte: IBGE, 2020 Elaborado pelos/as autores/as.

Também sofrendo os impactos da crise do capital, do ajuste fiscal, da reestruturação produtiva, o avanço da urbanização em Aracaju ocorre ao lado do crescimento do setor terciário da economia, em meio a intensificação da informalidade e precariedade do trabalho, da especulação imobiliária e intensa degradação ambiental das suas áreas de expansão.

A segregação socioespacial não é algo novo. É uma questão advinda de uma formação sócio-histórica pautada na ocupação desigual do solo urbano. Em Aracaju, desde o século XIX, quando se erigiu a capital,o poder público tinha uma legislação que proibia a moradia de casas de taipas no centro urbanos da cidade. Essa legislação expulsava as classes mais pobres para a periferia. Mas foi a partir dos anos 1970 e 1980 que a urbanização e a segregação foram se ampliando com o surgimento de investimentos econômicos, como a Petrobras, e de políticas de habitação do Estado, políticas que segregaram as classes de baixas condições financeiras para as áreas mais longes e empobrecidas, reservando os espaços privilegiados para o capital. Faz sentido a análise marxiana de que o Estado serve como comitê da burguesia. Por isso, adverte Santos, (2018, p.139)

> O município de Aracaju passou a ser dominado completamente pelo capital imobiliário, que passou a promover a valorização e elitização do espaço, tendo no Estado o seu melhor agente. A consequência foi a formação de uma região com uma verdadeira franja de pobreza, composta de grandes conjuntos habitacionais, que serviram como atrativo para o surgimento de uma série de assentamentos precários ao longo das vias ou pontes que unem esses núcleos habitacionais a Aracaju e o centro das cidades, causando uma série de problemas sociais e econômicos.

É sobre alguns desdobramentos desse processo de apropriação capitalista da cidade de Aracaju, que trataremos no próximo item.

4.2 CONHECENDO ARACAJU: FRAGILIDADES AMBIENTAIS E DESIGUALDADES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE VULNERABILIDADES

Entendemos que para identificar no município de Aracaju a existência de conflitos socioambientais mediados pela questão habitacional, como proposto pelo projeto PIBIC, seria importante inicialmente obtermos um mapeamento das áreas consideradas vulneráveis social e ambientalmente, ou seja, áreas que segrega a pobreza e cuja vulnerabilidade social é produzida ou agravada na ocupação de espaços cada vez mais precários em termos ambientais e de acesso a serviços urbanos.

A cidade de Aracaju, capital de Sergipe, integra a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) e é cercada por águas. Para Silva (2016) a ocupação de espaços inadequados nesta cidade é um problema histórico decorrente da urbanização que realizou transformações antrópicas em áreas muito vulneráveis sem observar os cuidados necessários, afinal,

> [...] dentro de um contexto hidrográfico regional ela está localizada em áreas de três das principais bacias hidrográficas do Estado de Sergipe: bacias dos rios Sergipe, Vaza-Barris e Japaratuba. A zona urbana da cidade de Aracaju desenvolveu-se junto à foz do rio Sergipe no Oceano Atlântico.(SILVA, 2016, p.121)

O autor destaca como no século XIX, na projeção da cidade de Aracaju, as planícies fluviais e algumas formações aqüíferas foram identificadas pelos gestores como empecilho para o crescimento da cidade, influenciando uma postura de "negação das suas águas" (SILVA, 2016, p. 61). As unidades geomorfológicas classificadas como planícies costeiras, constituídas de mangues, pântanos, terraços fluviais e marinhos, foram alvos de construções urbanas e aterramentos desde o surgimento da cidade, contribuindo para diversas problemáticas ambientais como explica Silva (2016, p.96): "[...] sob o ponto de vista hidrológico é um dos fatores naturais que contribuem para diversos alagamentos, agravados pela impermeabilização do solo, subida da maré, topografia plana, lençol freático alto e ineficiência nas obras de drenagem[...]". Se observadas as áreas mais elevadas, classificadas como formação Barreiras, onde está por exemplo o bairro Coqueiral, a ocupação urbana também enfrenta dificuldades postas pelas condições do terreno, constituindo áreas de risco de deslizamento de terra para os aglomerados subnormais que lá se encontram.

Silva (2016) ao analisar o cenário atual de crise climática adverte quanto aos riscos para os espaços urbanos, tanto por conta dos gases emitidos quanto pela instabilidade pluviométrica. No caso das chuvas, a impermeabilização do solo coberto por asfalto, edificações, obras de urbanização impede a infiltração das águas que escorre abundantemente pelas superfícies da cidade ao menor volume de chuvas, mesmo com a abertura de canais de drenagem. O aterramento dos canais naturais de fluxo da água e a construção de canais artificiais de drenagem nos quais também se depositam os esgotos e os lixos da cidade acabam por não resolverem e por vezes até aumentam os problemas de alagamentos decorrentes da urbanização.

Apesar das condições climáticas exigirem marcos regulatórios adequados e um controle público sobre os usos e ocupação do solo urbano, o crescimento na cidade de Aracaju vem sendo impulsionado por pressões realizadas por grupos imobiliários especuladores em

associação com o Estado, o qual lhes permitiu licenças “para construção de empreedimento em áreas de fragilidade biofísica, como as áreas sujeitas a alagamentos, margem dos corpos hídricos sem respeitar a distância mínima estipulada para construções” (SILVA, 2016, p.103)

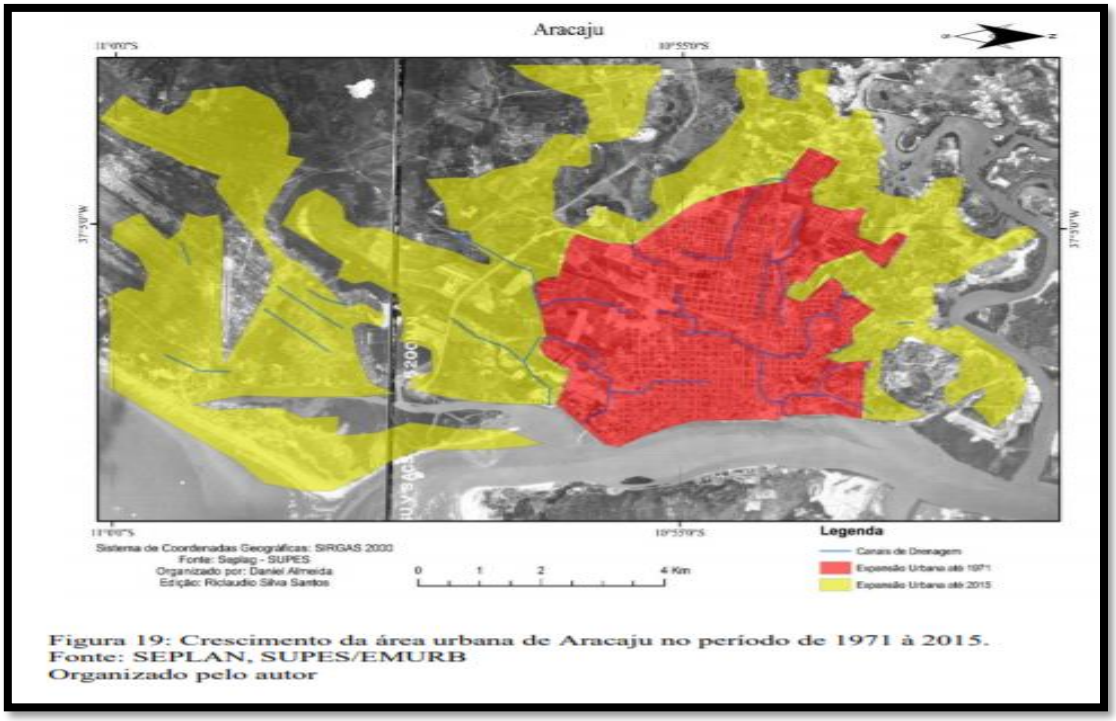


Figura 19: Crescimento da área urbana de Aracaju no período de 1971 à 2015.
Fonte: SEPLAN, SUPES/EMURB
Organizado pelo autor

Fonte: Silva, 2016, p.101

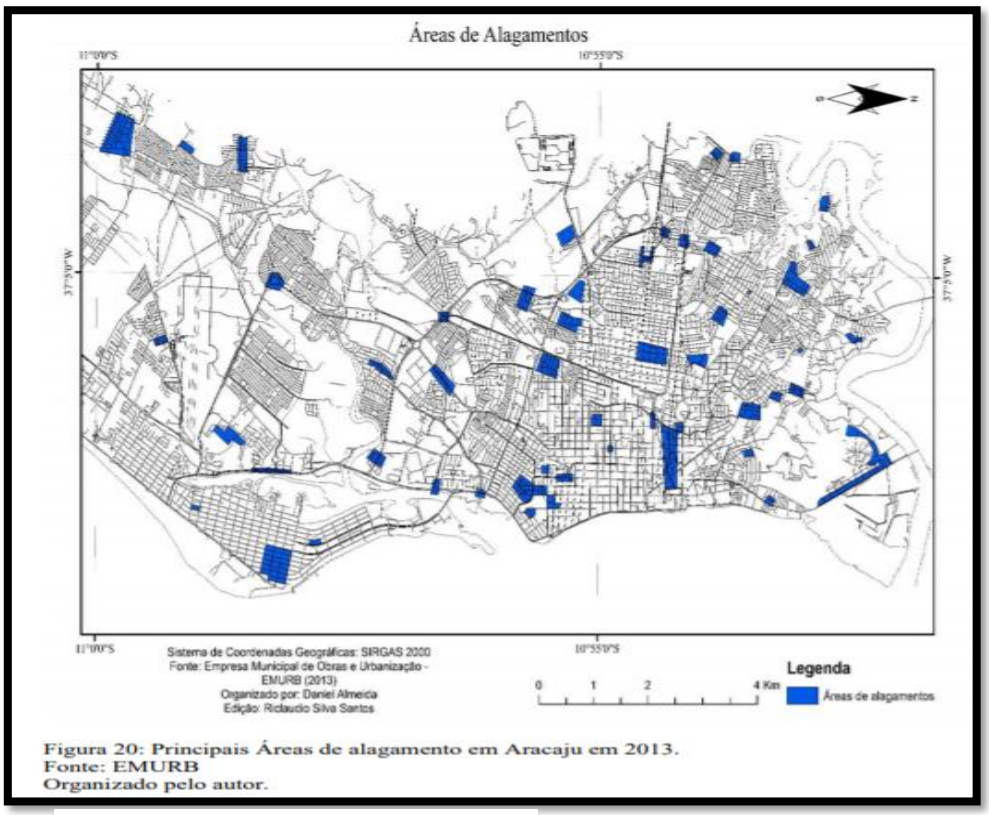


Figura 20: Principais Áreas de alagamento em Aracaju em 2013.
Fonte: EMURB
Organizado pelo autor.

Fonte: Silva, 2016, p.102

A segregação que acompanha Aracaju desde seu nascimento como cidade, cuja regulação impedia a construção de casas cobertas de palha dentro do espaço geográfico central (Quadrado de Pirro) e afastava a população pobre para áreas distantes, configurou uma população segregada quanto ao uso do espaço urbano e quanto ao uso das fontes de água que foram desenvolvidas dentro da cidade. Segundo Silva (2016), além da ocupação ocorrida no que foi delimitado geograficamente como a cidade de Aracaju, construções começaram a ocorrer em suas redondezas, fora do centro urbano. Se o atendimento das necessidades no uso da água já estava precário dentro da cidade de Aracaju, as construções adjacentes enfrentaram dificuldades ainda maiores quanto ao acesso a água potável como também ao saneamento básico.

São nestas condições ambientais que Aracaju será ocupada, observando-se a determinação de classe social para uma melhor ou pior adaptação a esse ambiente. Portanto, a vulnerabilidade é uma expressão das desigualdades de classe no uso e ocupação do solo urbano. Se a maior parte da classe trabalhadora enfrenta privações de renda, de alimentos, está em condições de trabalho precário ou de desemprego, tem acesso precário à educação e sua moradia é irregular, subnormal ou em áreas de ambiente muito frágil, temos uma confluência de situações sociais e ambientais que vão desenhar um quadro profundo de desigualdades que irão aparecer em determinados espaços da cidade de Aracaju, potenciadores de conflitos socioambientais.

4.3. AS CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO EM ARACAJU E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Tanto SANTOS (2018) quanto França (2019) apontam que a COHAB/SE contribuiu para que as camadas populares se distanciasse dos limites de Aracaju, empurrando a pobreza para os municípios circunvizinhos de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, enquanto reservava as áreas próximas ao centro de Aracaju, com acesso a bens e serviços, para as classes de alto poder aquisitivo. Os conjuntos habitacionais foram construídos longe da malha urbana para as classes populares. Essa contradição é observada no Bairro 13 de Julho que se destina à classe elitizada e no Bairro Santa Maria, onde concentra-se a classe desprovida de renda. Diante de tais afirmativas, o Estado, a partir de seu aparato estatal de políticas habitacionais, tende a ser um propulsor de reprodução capitalista, domina as subalternizadas e enriquece a classe detentora dos meios de produção. Em verdade,

> No caso da RMA, essa realidade se (re)produz com todas as suas particularidades socioespaciais, e é também evidente, por exemplo, quando identificamos dentro do espaço metropolitano atual, a existência de verdadeiros espaços de pobreza e carência social, evidenciando uma realidade de renda das populações marcadas por situações de ausência ou poucos recursos financeiros, o que por consequência os leva a se submeter a viver em habitações precárias e por vezes até subnormais. A contradição mais evidente desse processo é a própria política de habitação e os interesses dos agentes financeiros imobiliários que atuam na produção da RMA, que muitas vezes desloca uma população pobre, desprovida de renda, para localidades extremas da região, ou ainda para áreas com enormes problemas de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos, tendo como justificativa a propriedade de uma habitação. SANTOS (2018, p.226-227)

O estudo de Santana (2019) contribui para especificar tais localidades na medida em que o autor analisa e espacializa/ mapeia onde estão os territórios de vulnerabilidade na RMA. Para Santana (2019) as áreas com maior insalubridade, maiores riscos e inseguranças são ocupadas pela população mais pobre, ocorrendo o contrário nas áreas com melhor infraestrutura, ocupadas pelos grupos mais abastados. Dessa forma, o autor destaca que o conjunto de fatores como o analfabetismo, ausência de saneamento básico, desemprego, somados à fragilidade ambiental de determinados espaços constituem uma situação de vulnerabilidade social ou de dificuldades para o enfrentamento da exposição aos riscos.

Vejamos o Quadro 3 no qual, com base nos dados de Santana (2019), destacamos os bairros de Aracaju[2] onde a vulnerabilidade socioambiental se apresenta de forma mais grave.

QUADRO 3- ÁREAS DE MAIOR ULNERABILIDADE EM ARACAJU

INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL	**BAIRROS COM MAIOR VULNERABILIDADE**
Educação (tempo de estudo dos responsáveis pelos domicílios)	Zona Sul: Santa Maria, Zona de Expansão,17 de Março e Coroa do Meio Zona Norte : Porto Dantas, Japãozinho, Lamarão,

[2] No município de Barra dos Coqueiros o autor evidencia o alto índice de vulnerabilidade quanto às moradias presentes em localidades mais periféricas e com habitações subnormais. Do mesmo modo, na cidade de Nossa Senhora do Socorro os altos índices de vulnerabilidade dos responsáveis e condições de moradia pelos domicílios encontram-se em localidades como Complexo da Taiçoca e no Complexo Jardim. No mais, retratando o município de São Cristóvão, os altos índices de vulnerabilidade encontram-se nos bairros Rosa Elze e conjunto Eduardo, localidades estas também mais periféricas, nas quais os responsáveis possuem baixo rendimento mensal e habitações em condições precárias para habitação.

	Soledade, Cidade Nova, Palestina, Santos Dumont Zona Oeste: Olaria, Jardim Centenário, América e Siqueira Campos.
Pessoas idosas com mais de 64 anos responsáveis pelos domicílios	Zona Norte: Dezoito do Forte, Santo Antônio, Palestina, Industrial; Centro: Getúlio Vargas, Cirurgia, Centro, São José, Salgado Filho, Treze de Julho, Zona Oeste: Siqueira Campos, América, Novo Paraíso e José Conrado de Araújo.
Domicílios com serviços inadequados de saneamento básico, esgotamento sanitário, coleta de lixo e água tratada	Zona Sul: Santa Maria, Zona de Expansão Zona Norte: Porto Dantas, Soledade, Lamarão, Cidade Nova, Japãozinho, Santos Dumont, Olaria e Jardim Centenário. Zona Oeste: Jabotiana
Pessoas com idade entre 10 e 19 anos de idade, mulheres e sem renda nominal responsáveis pelos domicílios	Zona Norte: Porto Dantas, Lamarão, Cidade Nova, Bugio, Jardim Centenário, Santos Dumont, Dezoito do Forte; Zona Sul : Santa Maria.
Condições precárias da moradia	Zona Oeste: Siqueira Campos, América, Novo Paraíso, Getúlio Vargas Zona Norte: Santos Dumont, Olaria, Jardim Centenário, Bugio, Dezoito do Forte, Santo Antônio, Industrial, Porto Dantas e Lamarão Zona Sul: Inácio Barbosa, Coroa do Meio, Farolândia, Atalaia e São Conrado

Fonte: IBGE,2010 apud SANTANA (2019). Elaborado pelos/as autores/as.

A pesquisa de Santana (2019) afirma a predominância de precárias condições para a habitação humana em localidades ambientalmente mais frágeis. Do contrário, localidades com a geografia mais estruturada para habitação são ocupadas por populações com maior poder aquisitivo, as quais, mesmo enfrentando situações de alagamento e inundações, conseguem acessar mecanismos econômicos e políticos para restabelecer sua boa qualidade de vida,

situação que não se aplica nas áreas de segregação da pobreza. Neste direção, faz todo sentido a afirmação de Acselrad (2010, p. 109):

> ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outros, fazendo surgir o que veio denominar de 'conflitos ambientais'.

Ainda com base em Santana (2019) é importante salientar como áreas periféricas, a exemplo do Japãozinho, nas quais foram construídos condomínios fechados para uma população com melhor poder aquisitivo, os indicadores de vulnerabilidade destes setores censitários não se reproduzem, apresentando condições sociais semelhantes as encontradas nas áreas centrais. Essa desigualdade também ocorre em áreas centrais e bairros mais elitizados nos quais ocupações subnormais que margeiam o rio Poxim, abrigam uma população com altos índices de vulnerabilidade, revelando disparidades no mesmo espaço geográfico, a exemplo do Jabotiana, onde localiza-se a aglomeração subnormal do Largo da Aparecida.

Santos (2018) também identifica e espacializa as áreas da RMA que ele considera territórios de segregação, pela precarização das moradias e do acesso aos serviços públicos. Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 1: "Síntese dos territórios de segregação socioespacial com piores condições socioeconômicas e de habitação na RMA-2016"

Tabela 19: Síntese dos territórios de segregação socioespacial com as piores condições socioeconômicas e de habitação na RMA -2016.
Fonte: Censo 2010 e dados coletados em trabalhos de campo 2016.

RMA- TERRITÓRIOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	% Abastecimento água da rede geral	% Esgotamento sanitário via rede geral	% Destino do lixo adequado	R$ Renda domiciliar per capita	% Taxa de analfabetismo	% Empregados sem carteira assinada e por conta própria
Região Metropolitana de Aracaju	**96,4**	**62,5**	**96,3**	**597,87**	**10,5**	**45,7**
1-Porto Dantas	92,6	35,7	84,5	268,10	15,4	55,2
2-Santa Maria	91,6	31,2	82,3	250,75	23,6	58,2
3-Zona de expansão Urbana de Aracaju	80,1	18,5	85,2	225,00	13,5	48,7
4-Loteamento Pai André	90,8	10,2	56,8	168,00	23,2	59,2
5-Loteamentos da Expansão Oeste	91,5	12,5	63,4	240,00	27,3	62,8
6-Loteamento Jardim Piabeta	94,7	3,6	88,2	258,00	22,5	56,9
7-Loteamentos da Expansão Leste	97,2	8,5	76,1	220,00	26,5	65,0
8-Zona de Expansão Urbana Cabrita	96,2	10,5	50,5	235,00	21,3	62,0
9-Loteamento Tijuquinha	96,0	4,9	80	246,00	20,5	56,5

Organização: Mário Jorge Silva Santos,2017.

Fonte: SANTOS (2018, p.244). Elaboração de Mário Jorge Santos com base no Censo do IBGE e dados coletados em trabalho de campo.

Como o foco da pesquisa (PIBIC) é identificar e mapear os conflitos socioambientais, o Quadro 3 e a Tabela 1 nos ajudam a identificar quais dentre os territórios catalogados por Santos (2018) e Santana (2019) têm maior incidência de desigualdade socioambiental no município que nos interessa mais de perto. Assim diante do exposto podemos apontar que dentre os territórios de segregação, os bairros Porto Dantas, Santa Maria e Zona de Expansão Urbana aparecem como locais de potenciais conflitos sociais na cidade de Aracaju.

A maior dificuldade enfrentada por esses moradores segregados pertencentes à região de Aracaju são a falta de acesso a bens e serviços tais como saneamento básico, saúde, educação, esporte, lazer, distanciamento dos locais de trabalho e precários serviços de coleta de lixo. Para Santos (2018, p.275) a carência social se reflete na própria relação que esses moradores têm com a cidade e a região metropolitana, para a qual, nesses casos, o Estado se faz presente, exatamente na sua ausência. Logo isso é refletido na formação urbana e social da cidade de Aracaju referendada por grandes balcões de miséria, pobreza, violência e carências de serviços públicos.

O Bairro Porto Dantas fica localizado na região norte da cidade de Aracaju. No entanto sua ocupação foi desencadeada pelo processo de produção de sal, desenvolvida às margens do Rio do Sal que separa Aracaju de Nossa Senhora do Socorro. De acordo com Santos (2018), na primeira metade do século XX com a decadência na produção de sal, o território que antes era ocupado por salinas e galpões de armazenamento, hoje é terra ocupada por família de baixa renda. Um espaço antes ocupado pelo capital, hoje é verdadeiro balcão de pobreza, que lida com moradias precárias em áreas de manguezal, sem saneamento básico e com um grande índice de violência e criminalidade. Ainda é preciso ressaltar que esse território é tomado por aglomerados subnormais que sobrevivem em moradias irregulares. Além de essas moradias possuírem regulamentação fundiária são políticas de habitação regulamentadas pelo Estado e pela Prefeitura Municipal de Aracaju como forma de resolver conflitos e lutas por moradia e infraestrutura ali existente.

O Bairro Santa Maria é caracterizado por ser um território de grande investimento do setor público que contribui de forma significativa, para a transformação da localidade em um bolsão de pobreza. De acordo com Santos (2018) esse território era um povoado denominado Terra Dura. Sua expansão ocorreu depois que passou a abrigar a lixeira que fora desativada do bairro Soledade em 1988. A transferência dessa atividade para o povoado Terra Dura e a

construção de conjuntos habitacionais por parte do Estado nessa área, atraiu catadores, comunidades migrantes e de outros bairros da periferia de Aracaju que começaram a ocupar os morros e aterrar os mangues, dando origem a diversas comunidades como a Invasão da Prainha, Canal de Santa Maria, Arrozal e Água Fina. (SANTOS, 2018). Por ser uma localidade de investimento estatal todas as políticas de habitação, voltadas a resolver a situação de favelização da população aracajuana, priorizaram esta localidade como ponto estratégico para habitar famílias beneficiárias de políticas públicas de habitação.

Por conseguinte, afirma SANTOS (2018, p.246)

> O bairro Santa Maria serve à lógica do capital, pois se configura em uma área afastada da cidade, longe dos olhos de turistas e da burguesia local, sendo, portanto, um território de segregação socioespacial, demarcado pelo Estado e que vem ao longo dessas últimas décadas funcionando como um depósito de pobres da cidade e do espaço metropolitano.

A Zona de Expansão Urbana (ZEU) corresponde a 40% da área total de Aracaju e foi criada pela Lei Municipal nº 873, de 1ª de outubro de 1982. Ao longo do tempo foi marcada por transformações ocasionadas por investimentos estatais e do mercado imobiliário. e de políticas de habitação. Segundo França (2019) tais investimentos foram impulsionados pelo Programa de Arrendamento Residencial e projetos voltados para habitação popular. Essa região é marcada por um processo intensificador de segregação. visto que dentro de um espaço já segregado pelo Estado, há outra segregação marcada pela especulação imobiliária financeira que ocupa a área com a construção de condomínio e casas de iniciativa privada além da proliferação de empreendimento do PMCMV para atendimento a classe média.

Afirma SANTOS (2018, p.249-250);

> Essa realidade faz com que o processo de separação do/no espaço na ZEUA se apresente na realidade socioespacial de maneira intensa. Uma separação marcada por condições desiguais entre as populações que habitam esse território. Essa desigualdade se expressa na separação das condições de vida e habitação dos moradores do Loteamento Aruanda e os moradores do bairro 17 de Março, bem como a submissão e expulsão de moradores das casas e propriedades localizadas nos tecidos urbanos dispersos e fragmentados em direção ao povoado Mosqueiro e sua substituição por residências destinadas à classe média alta.

Como se pode notar, Aracaju passa por um processo de aprofundamento da segregação com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida[3], que ocupa áreas

[3] O Programa Minha Casa Minha Vida foi um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como estratégia de regularização fundiária, de atendimento às famílias que vivem em áreas precárias, visando a inclusão socioespacial e a integração desses assentamentos ao espaço urbano. No tocante a essa situação a RMA foi contemplada com essa política de habitação dentre os períodos de 2009-2014, no entanto foram construídas 36.209 unidades habitacionais. Assim

periféricas, não para atender a população local, mas para atender um segmento da classe média que começa a se distancias das áreas elitizadas[4]. A construção de condomínios fechados nas áreas segregadas visa aprofundar uma separação nas condições de vida entre os moradores dos empreendimentos habitacionais e as populações que vivem nos territórios de segregação socioespacial, entre ricos e pobres. Inclusive, pobres que vivem nos territórios segregados, em condições irregulares como os aglomerados subnormais.

Segundo dados do IBGE são tidos como assentamento subnormais as formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação, mais comumente conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, ente outros.

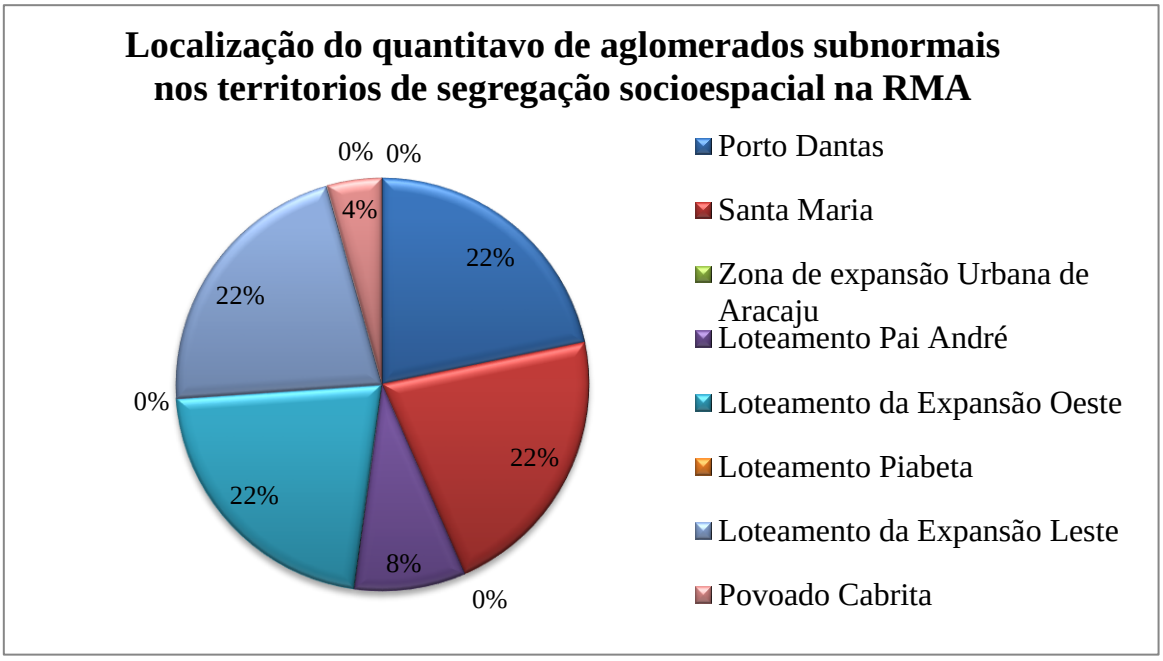
Dentre as aglomerações subnormais localizadas na RMA, cabe destacar que de acordo com SANTOS (2018), baseando-se no Censo IBGE de 2010, foi identificado um total de 46 localidades caracterizadas agrupamentos subnormais. O maior quantitativo encontra-se no município de Aracaju, nos Bairros Porto Dantas e Santa Maria. Em 2000, Aracaju tinha 52 assentamentos subnormais e um total de 23. 751 domicílios precários. O déficit habitacional em 2010 reduziu-se para 20. 851 moradias, distribuídas nos 44 assentamentos precários, o que apontava uma redução de apenas 13,3% nas ocupações precárias em dez anos (ARACAJU, 2014, p.118).

O gráfico a seguir, elaborado com base nos dados apresentados por Santos (2018), cuja fonte foi o Censo IBGE 2010, mostra o quantitativo de aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Aracaju e sua distribuição mais significativa na cidade de Aracaju, totalizando 44% dos aglomerados, enquanto as demais aglomerações se distribuem entre os municípios de N.S. do Socorro e São Cristóvão:

---

enfatiza Santos (2018, p.108) "de acordo com o Ministério das Cidades (Brasil, 2016), gestor do programa, um total de 36.209 unidades habitacionais, sendo 20.693 unidades em Aracaju, 2.345 na Barra dos Coqueiros, 3.113 em Nossa Senhora do Socorro e 10.112 no município de São Cristóvão". Vale lembrar que a localidade que recebeu a maior produção de unidades habitacionais construídas pelo PMCMV na Região Metropolitana de Aracaju foi o Bairro Jabutiana, em Aracaju.

[4] Na RMA, esse processo é fortemente representado, na escala local, como parte de uma totalidade espacial, marcada pela existência de uma estrutura urbana, dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, na qual os agentes financeiros imobiliários, em interface com o Estado, podem controlar a produção e o consumo da cidade, por meio de instrumentos como a financeirização imobiliário, fundamentado na lógica do desigual acesso à moradia na região. SANTOS (2018, p.273)



Fonte:SANTOS (2018, p.280). Elaborado pelos/as autores/as.

Diante de todas as questões pontuadas até aqui, fica claro que a apropriação capitalista do solo urbano de Aracaju é fruto de uma especulação financeira pautada na moradia como mercadoria. O Estado possui fundamental importância e tem contribuído para o crescimento de territórios de segregação e aglomerados subnormais. São nos espaços segregados e nos aglomerados subnormais que grupos e movimentos sociais lutam cotidianamente contra o capitalismo destrutivo. São, portanto, espaços atravessados de conflitos, conforme enfatiza Santos (2018, p. 277)

> [...] são espaços de conflitos e disputas entre diferentes sujeitos sociais, marcados por uma lógica que se contrapõem a sua mercantilização, pois, nesses aglomerados, as características de organização e ocupação são produzidas por movimentos sociais que se opõem as ações do Estado e do capital e atuam contra a produção da cidade como mercadoria, lutando como elementos concretos da vida cotidiana nas cidades.

Assim os conflitos socioambientais no município de Aracaju se expressam nas lutas por acesso à moradia adequada, o que inclui recursos ambientais. A luta por habitação perpassa todo o espaço urbano, onde as famílias envolvidas têm seus direitos violados pela lógica organizativa do capital e da regulamentação da ordem, visto que o Estado por ser o comitê da burguesia está sempre a serviço da propriedade privada e em desfavorecimento da população empobrecida e subalternizada que a todo tempo sofre e anseia pelo direito a moradia e a preservação do meio ambiente.

Em razão disso afirma (CARNEIRO; PEREIRA, 2015, p.05-06);

> Entendemos que a noção de conflito ambiental pode ser utilizada como categoria de análise de situações específicas de luta pela construção de territórios urbanos (luta por habitação e infra-estrutura urbana, enfim, pelo

> direito à cidade2), tendo em vista que a construção do espaço urbano habitado pelas classes populares envolve a sobreposição de práticas espaciais3 e interesses de atores que, situados em diferentes escalas e em relações de poder desiguais, disputam a apropriação do espaço e das condições naturais nele contidas. Essas disputas opõem, de um lado, atores que lutam pela construção da habitabilidade urbana de seus territórios - e, para isso, engendram estratégias, coletivas, individuais e familiares para demandar aporte de recursos públicos, para se fixarem no espaço e para construí-lo como território urbanizado, e, de outro lado, atores que, objetivando a realização de outros fins (por exemplo, a realização dos interesses especulativos do capital imobiliário), disputam esses mesmos recursos públicos e espaços.

Esse conceito acaba por contribuir para elucidar as disputas entre as classes na reconfiguração do espaço capitalista, na medida em que as classes subalternizadas têm seus direitos violados pela reprodução da propriedade privada. A lógica reconfigurada do espaço capitalista urbano tende a reforçar o apartheid social, afetando diretamente as populações mais vulneráveis política e economicamente e, portanto, mais facilmente expostas a injustiças sociais e que por isso mesmo, acionam estratégias de luta e sobrevivência nos territórios (ACSELRAD, 2014). Dessa forma segue no Quadro 04 alguns conflitos socioambientais identificados por nossa pesquisa na cidade de Aracaju, ocasionado pela disputa do espaço urbano entre classes subalternizadas, capital imobiliário e Estado:

QUADRO 04- CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS OCASIONADOS PELA DISPUTA DO ESPAÇO URBANO

<table>
<tr><th colspan="4">OCUPAÇÃO DO CLUBE DOS SERVIDORES DA COMPANHIA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO TELEFÔNICO DO ESTADO SERGIPE (CEATES) TELERGIPE</th></tr>
<tr><td>Ano do conflito: 2007</td><td>Movimento social envolvido: MOTU</td><td>Total de Famílias
450</td><td>Bairro: Zona de Expansão</td></tr>
<tr><td colspan="2">Dinâmica do conflito/ condições socioambientais

Esta foi a primeira ocupação do MOTU. O terreno escolhido pelo movimento estava em total abandono, ou seja, sem cumprir sua função social, visto que a empresa TELERGIPE foi privatizada nos anos de 1990 pelo então Governador Albano Franco encerrando consequentemente</td><td colspan="2">Tratamento/resultado dado ao conflito

Repressão do Estado com uso de forças policiais (tropa de choque e cavalaria); uso de tratores para demolir os barracos e acompanhamento de banda de música da PMSE; Reintegração da posse; ocupantes desabrigados ocuparam as areias da praia dos Náufragos; Os ocupantes recebem apoio</td></tr>
</table>

as atividades recreativas do clube. Tendo em vista as condições socioambientais, o terreno ocupado ficava localizado na Rodovia dos Naufrágos, situado na Zona de Expansão Urbana (ZEU). Sabe-se que a ZEU é palco aglutinador da especulação fundiária e imobiliária, resultante de um processo crescente de privatização dos recursos naturais, além de ser uma área ambientalmente frágil. Nessa ocupação, as condições de moradia vivenciada pelos/as ocupantes eram de uma dada precariedade, donde os barracos eram revestidos por lonas, sem acesso a serviços essenciais tais como água, iluminação e saneamento básico. Sem contar que esse local era impróprio à prática de lazer, pois o terreno possuía objetos pontiagudos e cortantes e colocava em risco a vida da população ali existente.	do MST-SE (suprimentos, apoio jurídico e militância); o imóvel ainda encontra-se em desuso e o local está servindo como reserva de valor para a especulação imobiliária financeira.

OCUPAÇÃO NO CLUBE DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ARACAJU (CSMA): OCUPAÇÃO ANA PATRÍCIA.			
Ano do conflito: 2007	**Movimento social envolvido:** MOTU	**Total de Famílias** 260	**Bairro**: Zona de Expansão
Dinâmica do conflito/condições socioambientais		**Tratamento/resultado dado ao conflito**	
Esta foi a segunda ocupação do MOTU na capital sergipana. Por ser um imóvel abandonado o Clube dos Servidores do município de Aracaju era impróprio para a moradia: não possuía água e nem iluminação, além disso, no local foram encontrados insetos, animais e restos mortais de seres humanos. Mesmo diante de condições sociais e ambientais desumanas as famílias, por não terem onde morar e sem alternativas de não ter para onde ir, resolveram ocupar e ali resistiram por pelo menos seis meses.		As famílias foram realocadas pela prefeitura de Aracaju (PMA) através da Secretaria Municipal de Assistência Social que ficou responsabilizada pelo aluguel de um terreno situado na Zona de Expansão da cidade. Até o término da pesquisa de Jorge Edson (2017) as famílias ainda não tinham resolvido a problemática da falta do acesso à moradia.	

OCUPAÇÃO 1º DE MAIO -HOTEL BRISAMAR			
Ano do conflito: 2008	**Movimento social**	**Total de Famílias**:	**Bairro**: Atalaia

	envolvido: MOTU	160	
Dinâmica do conflito/condições socioambientais		**Tratamento/resultado dado ao conflito**	
Por estar em um local de especulação imobiliária e veraneio, o prédio (HOTEL BRISAMAR) cuja construção estava inacabada, foi ocupado pelo MOTU, pois no referido momento estava descumprindo a função social. Neste bairro estão localizadas as praias dos Artistas, Havaizinho e Atalaia. Além de ser um local de investimento público em infraestrutura, ganha atrativos urbanísticos de promoção ao esporte, turismo e lazer, tais como os arcos, passarelas para acesso à beira-mar, esculturas de personalidades ilustres, um oceanário, inúmeros bares e restaurantes, além de espaços para shows e eventos diversos. O hotel começou a ser construído no ano de 1986 e tinha como proprietário o advogado, ex-deputado e ex-prefeito de Aracaju, Viana de Assis. Para a construção desse empreendimento foram investidos recursos públicos do governo do Estado e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O prédio, por motivo de irregularidade em seu projeto ficou em desuso. Por estar descumprindo a cláusulas da função social da propriedade privada do Estatuto da Cidade, o MOTU então resolve ocupar e atribuir valor de uso ao imóvel. As famílias que ali ocupavam dentro de um dimensionamento de luta e resistência, materializava a luta pela reforma urbana e denunciava as mazelas sociais provocadas pelo Estado pelo não cumprimento do Estatuto da Cidade (EC).		Como forma de extermínio e limpeza social de locais privilegiados pelo capital, as famílias que ali ocupavam foram despejadas e houve a reintegração de posse ao seu dono originário. O Estado, ao atender os chamados da classe dominante utiliza da ação truculenta para fazer o despejo junto às famílias, por intermédio das tropas policiais, através da força, de forma a fazer a retirada do local em litígio. Além da violência física, foram utilizados meios coercitivos verbal, moral e psicológico. A partir dessa ação as famílias foram cadastradas pela Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho (SEIT) levadas em seguida para um galpão localizado na Rua Amapá, nº205, no bairro Siqueira Campos, destinado anteriormente à guarda de maquinário por parte da prefeitura de Aracaju**.** A ação interventiva e institucionalizada do Estado fez com que as famílias fossem realocadas para um galpão em um bairro periférico e longínquo da malha urbana da cidade, com a expectativa de futuramente receberem a casa própria. O espaço onde foram colocados os membros do MOTU possui uma estrutura física sem conservação, pois o telhado apresenta problemas de goteiras e infiltrações, a instalação elétrica está muita precarizada e insalubre. O galpão é pouco ventilado, o que agrava sua temperatura, constantemente quente. Além disso, as famílias moram em locais cujas "paredes" são divididas por papelões e/ou pedaços de plástico, sem nenhuma privacidade.	
OCUPAÇÃO ALMIR BEZERRA DE ARAÚJO			
Ano do conflito: 2010	**Movimento social envolvido:** MOTU	**Total de Famílias**: 252	**Bairro**: Bairro Atalaia
Dinâmica do conflito/condições socioambientais		**Tratamento/resultado dado ao conflito**	

Devido a intensa procura de sujeitos necessitando de habitação, o MOTU no ano de 2010 realizou uma série de reuniões, estudos, assembleias e decidiu realizar uma ocupação em um antigo empreendimento inacabado, localizado no bairro Atalaia área nobre na zona de Aracaju, há cerca de 10 Km do centro comercial da cidade. Essa ocupação recebe o nome de Almir Bezerra de Araujo onde teve início com 50 famílias e em menos de dois meses conta com 252 famílias. Nesse local o movimento organizou as famílias pelo número de apartamento, além de construção de áreas coletivas (espaços de lazer para crianças, sala de reuniões e estudos, etc.).	A reintegração de posse ocorreu de forma truculenta feita pela PMA, SMTT e o Pelotão de Choque da Polícia Militar do Estado. O Estado demonstrou sua força contra os pobres, despejando-os e deixando-os sem lugar para onde ir. Nesse processo de despejos, as famílias ocuparam a Avenida Mário Jorge (uma das principais vias de acesso ao bairro Atalaia) por 48 horas. Durante essas horas as famílias foram perseguidas (na exigência da saída da via) e isoladas pelo Estado. No processo de enfrentamento ao Estado e ao capital as famílias decidiram em assembleia geral realizada no dia 03 de junho de 2012, (re)ocupar, o empreendimento, entretanto houve uma segunda ordem de despejo, solicitada a pedido da PMA e executada pela PMES. Dessa vez as famílias permaneceram no local por sete (7) dias. O município se comprometeu em realocar as famílias "provisoriamente" em um galpão alugado, no bairro São Conrado localizado na zona Sul da cidade, formado principalmente por vilas bastante precárias, que possuem um dos maiores complexos habitacionais de Aracaju, o conjunto jornalista Orlando Dantas. Esse galpão ficava localizado numa antiga área de manguezal que fora aterrado e não possuía uma infraestrutura mínima para abrigar as famílias.

OCUPAÇÃO DO KARTÓDROMO			
Ano do conflito: 2008	**Movimento social envolvido:** MOTU	**Total de Famílias**:	**Bairro**: Santos Dumont
Dinâmica do conflito/condições socioambientais		**Tratamento/resultado dado ao conflito**	
Com a ação de despejo na Ocupação do Hotel Brisamar (efetivado no ano de 2012) as famílias foram ocupar outra área, dessa vez o Kartódromo localizado no bairro Santos Dumont, maior bairro da periferia da cidade de Aracaju, com uma população de baixa renda e alto índice de criminalidade.		Mais uma vez o Estado utilizando de seu aparato estatal, utiliza de ação violenta junto às famílias, por intermédio das tropas policiais, através da força para fazer a retirada do local em litígio. Além da violência física, foram utilizadas a coerção verbal, moral e psicológica. As famílias foram cadastradas pela Secretária de	

		Estado da Inclusão Social (SISE), levadas em seguida para um galpão localizado na Rua Amapá, nº 205, no bairro Siqueira Campos, destinado anteriormente à guarda de maquinário por parte da prefeitura de Aracaju**.**	
OCUPAÇÃO DO MTST "BEATRIZ NASCIMENTO"			
Ano do conflito: 2017	**Movimento social envolvido:** MTST	**Total de Famílias:** 1.300	**Bairro**: Japãozinho
Dinâmica do conflito/condições socioambientais A dinâmica do conflito deu-se a partir de que o terreno doado para a construção de uma escola foi ocupado por estas famílias. Sabe-se que esse terreno pertencia a prefeitura e estava localizado no Bairro Japãozinho.		**Tratamento/resultado dado ao conflito** Em junho de 2018, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto conquistou a posse do terreno onde estão assentados. Apesar de o movimento ter conseguido posse de parte do terreno em que estão assentados e de a ocupação já ter completado um ano, a falta de recursos para a construção das residências aliado às difíceis condições de se viver por muito tempo em um espaço mínimo e com privacidade reduzida, fez com que muitas famílias desgastadas pelas condições de morar nas circunstâncias precárias da ocupação optassem por deixar os barracos e seguirem para soluções de moradia de aluguel ou passar alguma temporada em casas de parentes. Com a alegação de falta de dinheiro por parte do Estado e do município, a proposta do MTST era de construir suas residências de forma criativa ao modelo de Minha Casa Minha Vida Entidades, em forma de organização, a partir de caminhos que envolvam autoconstrução e auto-organização. O Governo de Sergipe garantiu que tanto a escola quanto as unidades de moradia popular vão ser construídas, coexistindo lado a lado. A unidade de educação deve atender toda a demanda local, segundo estudos feitos a pedido do governo.	
OCUPAÇÃO "MARIELLE E ANDERSON VIVEM"			
Ano do conflito: 05 de maio de	**Movimento social**	**Total de Famílias:**	**Bairro**: Coroa do Meio

2018	**envolvido:** MTST	727	
Dinâmica do conflito/condições socioambientais A ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto "Marielle e Anderson Vivem" fica localizada no bairro Coroa do Meio, zona sul de Aracaju, capital do estado de Sergipe. No mais esse terreno era de pertencimento da prefeitura e fica em um local privilegiado do bairro próximo a áreas de grande valor imobiliário tais como um shopping center e à Orla de Aracaju. O mandato de reintegração de posse e a ocupação foi, em todos os dias de sua duração, monitorada por policiais que passaram a barrar a entrada de materiais para a construção dos barracos, acentuando conflitos entre os ocupantes e a polícia		**Tratamento/resultado dado ao conflito** Reintegração de posse de forma truculenta de apoio logístico da policia. No dia 12 de maio, a reintegração de posse foi cumprida e os assentados foram remanejados para um galpão custeado pela prefeitura de Aracaju.	
OCUPAÇÃO "MARIELLE E ANDERSON VIVEM"			
Ano do conflito: 12 de dezembro de 2018	**Movimento Social envolvido: MTST**	**Total de Famílias**: 300	**Bairro**: Mosqueiro/ZEU
Dinâmica do conflito/condições socioambientais O movimento resolveu ocupar e montar seus barracos em um novo terreno do governo estadual que se encontrava abandonado, no Bairro Mosqueiro, também na Zona de Expansão de Aracaju. Esse terreno era de posse estadual e estava em desuso e abandonado há 14 anos sem cumprir a função social da propriedade, enquanto o povo pobre precisa de moradia. Com a ocupação se estabeleceu o conflito pelo direito à moradia. Cabe enfatizar que as famílias que ali ocupavam eram pessoas desempregadas, trabalhadores informais que comercializavam seus produtos nas praias circunvizinhas, pescadores e marisqueiras.		**Tratamento/resultado dado ao conflito** Houve uma reintegração de posse e as famílias foram realocadas para galpões alugado pelo Estado. Mas diante muitos meses nessa situação precária e desumana, sem perspectiva de algum acordo por parte do governo, as famílias resolveram deixar o local. Cabe relatar que uma semana antes da saída das famílias do galpão foi assinado um acordo com o prefeito, no qual seria criado um grupo de trabalho junto à EMURB e o movimento para que pudessem encontrar um terreno da prefeitura para reinstalar os ocupantes. Entretanto, os terrenos públicos municipais apontados pelo MTST para serem ocupados foram desconsiderados com a justificativa de que o governo municipal já tinha uma função planejada para eles.	
OCUPAÇÃO DAS MANGABEIRAS			

Ano do conflito: 2014-2020	**Movimento social envolvido** MOTU	**Total de Famílias**: 1.000	**Bairro**: Bairro 17 de Março
Dinâmica do conflito/condições socioambientais A ocupação das Mangabeiras fica localizada no Bairro 17 de Março, que tinha como proprietário a União, mas que no ano de 2020 esse terreno foi cedido para a Prefeitura Municipal de Aracaju com a finalidade de construir o Conjunto Habitacional Irmã Dulce dos Pobres, sendo que das 1.102 casas construídas, 836 seria destinadas às famílias que estavam na ocupação das Mangabeiras e 266 estariam voltadas para as famílias beneficiárias do programa de auxílio-moradia temporário. Por se tratar de um local formado de lençol freático e de árvores nativas de mangabeiras, essa área é de preservação do extrativismo da mangaba, ocupada por povos tradicionais, além de ter fragilidades ambientais comuns à Zona de Expansão Urbana (ZEU). Na área as famílias do MOTU ~~que~~ viviam em condições de moradia precárias e insalubres desde 2014.		**Tratamento/resultado dado ao conflito** Utilizando de seu aparato estatal, tanto de assistência social e serviços urbanos, quanto de controle e repressão a Prefeitura de Aracaju começou a remoção das famílias e a demolição dos barracos ali construídos de forma irregular, num contexto de pandemia da COVID-19 e de vigência de medidas de isolamento Social. A reintegração de posse tinha como objetivo a construção do conjunto habitacional Irmã Dulce dos Pobres, no qual a previsão é de construção de 1.102 casas para alocar 836 famílias que estavam na ocupação das Mangabeiras e 266 famílias que, não sendo moradores da ocupação, eram beneficiárias do programa de auxílio-moradia temporário. O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil na Justiça Federal em defesa das famílias catadoras de mangabas e contra a Prefeitura de Aracaju no barramento da construção do conjunto habitacional, devido a construção do conjunto habitacional oferecer risco futuros para as famílias, e por não apresentar licenciamento ambiental e descumprir decisão anterior que havia proibido a realização de novos empreendimentos na Zona de Expansão Urbana até que fossem realizadas as obras de infraestrutura necessárias para evitar os recorrentes alagamentos na região. Das mais de 1.000 famílias que ali ocupavam somente 800 foram cadastradas para receber a casa própria, enquanto mais de 300 firam a mercê do descaso púbico e sem nenhuma assistência por parte da Prefeitura Municipal de Aracaju.	
OCUPAÇÃO JOÃO MULUNGU			
Ano do conflito: 2020-2021	**Movimento social envolvido**: MLB	**Total de Famílias**: 73	**Bairro**: Avenida Ivo do Prado

Dinâmica do conflito/condições socioambientais	Tratamento/resultado dado ao conflito
O conflito teve início no domingo dia 23 de Abril de 2021, quando um quantitativo de pessoas ocupavam o edifício Danusa. O empreendimento ocupado pertence à construtora Cosil, de propriedade da família de Danusa Silva, esposa do prefeito Edvaldo Nogueira (PDT). Por entender de que o imóvel estava descumprindo a sua função social o movimento resolveu ocupar e assim fazer cumprir a valor de uso da moradia.	A reintegração foi determinada pela Justiça. Agindo de forma violenta e truculenta sem nenhum diálogo possível de pacificação com o representante do movimento **MLB.** Com bombas de efeito moral e uma retroescavadeira foi feita a derrubada do muro do prédio permitindo a entrada de dezenas de policiais do Batalhão de Choque da PM sergipana. A Secretaria da Assistência Social de Aracaju disse que, após a ação, 28 famílias foram atendidas, sendo que 25 foram direcionadas a abrigos municipais e três foram encaminhadas para a casa de familiares. Além da desocupação violenta, sete integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) foram algemados, detidos pela Polícia Militar e estão sendo acusados de diversos crimes.

Fontes: Santos (2017); Tourinho, Oliveira, Cabral, and Lima (2009); Modesto (2019); Movimento de Lutas nos Bairros e Favelas (MLB); Pesquisa jornalística. Elaborado pelos/as autores/as.

4.4- UM CONFLITO EMBLEMÁTICO: A OCUPAÇÃO DAS MANGABEIRAS

O mais recente conflito socioambiental em Aracaju evidencia a insustentabilidade mesmo das soluções apresentadas pelo poder público para atender ao interesse social, quando ao garantir o acesso à moradia por parte de famílias assentadas precariamente, o faz de forma a colidir com o direito às condições ambientais de uma moradia adequada e com as necessidades de preservação de áreas ambientais cujo uso é feito historicamente por comunidades tradicionais extrativistas. Trata-se do conflito na Ocupação das Mangabeiras.

A ocupação das Mangabeiras localiza-se no Bairro 17 de Março ou Bairro Novo que em oposição com as demais localidades da cidade é um bairro, como seu próprio nome sugere, novo[5], construído num terreno de 1.939.083,13 m2, cedido pela União à Prefeitura

[5] França (2019) informa que o município de Aracaju tem atualmente 39 bairros e uma Zona de Expansão, sendo que alguns destes surgiram entre 1998 até 2011, como o Jardins (Lei nº 2.666/1998), Santa Maria(Lei no 2.979/2001), Japãozinho(Lei no 3357/2006) e o mais recente, Bairro 17 de Março (Lei no 4.024/2011).

Municipal de Aracaju e cuja construção das primeiras unidades habitacionais no ano de 2010 , com verbas do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), objetivou abrigar as famílias que estavam em situação de risco em áreas próximas, como o Morro do Avião, Invasão do Arrozal e o próprio Bairro Santa Maria, de onde ele foi desmembrado[6]. (SANTOS, 2014).

Nesse ínterim, mais precisamente no ano de 2014, cerca de inicialmente 200 famílias não contempladas pelo direito à moradia, (FRANÇA, 2019) ocuparam uma área vazia de 236.218,96 metros quadrados, situada no entorno do 17 de Março e pertencente à União, denominada Mangabeiras, visto que "[...] detém a última reserva extensa de mangabeiras da cidade, onde estima-se que existam quase 5 mil árvores de vegetação nativa, além de nascentes e lagoas [...]." (G1 SERGIPE, 14 de junho de 2020) Da extração e comercialização das mangabas *in natura* ou transformadas em outros produtos sobrevivem nessa mesma área famílias extrativistas que desde a década de 1960 protegem e usufruem as plantas nativas, conforme análise do MPF baseado em estudos sobre as comunidades tradicionais realizados pela Embrapa, pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade (CNPT) e por analistas periciais em Biologia e Antropologia da Procuradoria Geral da República (PGR). ((NEONOTICIAS, 14 de agosto de 2020; RIOS, 2020).

Mobilizadas pelo MOTU (Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos), numa ocupação que cresceu para mais de 1000 famílias, o terreno foi cedido pela União à Prefeitura Municipal de Aracaju (CAU/SE, 2020) que anunciou o contrato de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal no valor de 124,6 milhões, para a construção do conjunto habitacional Irmã Dulce dos Pobres, no qual a previsão é de construção de 1.102 casas para alocar 836 famílias que estavam na ocupação das Mangabeiras e 266 famílias que, não sendo moradores da ocupação, eram beneficiárias do programa de auxílio-moradia temporária. (RODRIGUES, 2020; G1 SERGIPE, 15 de junho de 2020).

O conflito latente foi deflagrado quando o governo municipal de Aracaju, utilizando de seu aparato estatal[7], tanto de assistência social e serviços urbanos[8] quanto de controle e

[6] Segundo França (2019 ,p.77): "O novo bairro, localizado em área concedida pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), teve sua construção dividida em quatro etapas (Blocos I, II, IIA e III), resultando em 2.562 moradias, sendo 2.042 casas e 480 apartamentos. Junto a isso, foi proposta infraestrutura, com ênfase para Estação de Tratamento de Esgoto, e outros equipamentos sociais, como escolas, bibliotecas, espaços públicos, a Unidade Produtiva, áreas verdes (praças) e Parque Ecológico, além de áreas reservadas para comércios e serviços ainda não implantados".

[7] O projeto teve repercussão na mídia e o gestor municial esclareceu: "Tudo será feito de maneira organizada, especialmente porque enfrentamos uma pandemia e precisamos preservar a vida das pessoas. Por isso, estabelecemos prazos para cada etapa e vamos cumpri-los com rigor. A remoção das famílias, por exemplo, será feita por áreas, definidas durante o processo de cadastramento realizado pela Secretaria da Assistência Social. Vamos começar pela área C, no dia 20 de julho, depois partiremos para a área B, no dia 21, seguindo pela área D, no dia 22 e finalizando pela área A, nos dias 23 e 24. Quero

repressão[9] começou a remoção das famílias e a demolição dos barracos ali construídos de forma irregular, num contexto de pandemia da COVID-19 e de vigência de medidas de isolamento social, conforme Decreto Municipal nº 69.187 de 15 de julho de 2020. (PMA, 2020). Das mais de mil famílias que ocupavam o local naquele momento, 300 famílias não contempladas pelo projeto habitacional e tão pouco beneficiadas com o subsidio do aluguel social (PMA, 2010) ficaram desabrigadas e em situação de rua, expostas aos riscos de contaminação do Novo Corona Vírus (Covid-19). Nas palavras da Ane Priscila Neves, líder do movimento das famílias não cadastradas:

> De 1,1 mil famílias, apenas 800 foram cadastradas. Além disso, temos 300 famílias com pessoas doentes, passando fome sem assistência do poder público. Sem um local ou aluguel social o que vai ser dessas pessoas? Para onde elas vão? É inadmissível que a prefeitura só acolha uma parte e deixe as demais desamparadas". (INFONET 06 de julho de 2020)

Um outro aspecto do conflito diz respeito à dimensão socioambiental da ocupação que possui reservas de mangabeiras e fragilidades ambientais comuns à Zona de Expansão Urbana (ZEU) onde a área se insere e que exigem serviços de infra-estrutura, como drenagem do solo e esgotamento sanitário[10]. Por essa razão, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com

---

frisar que todas as famílias serão mantidas no aluguel social durante o período de execução da obra, um investimento de mais R$ 7 milhões, somente com aluguel de casas", disse." (**G1 SERGIPE**, 15 jun. 2020)

[8] "[...] Nos primeiros dois dias de operação, um total de 448 famílias já foram realocadas. O trabalho de realocação conta com a integração de diversas equipes da Prefeitura e envolve cerca de 300 profissionais numa ação focada na celeridade e no acolhimento a essas famílias. Assim, atuam nessa operação equipes das secretarias municipais da Assistência Social, Defesa Social e da Cidadania, através da Guarda Municipal de Aracaju; e das empresas municipais de Obras e Urbanização (Emurb) e de Serviços Urbanos (Emsurb)". (INFONET. Em mais uma operação nas Mangabeiras, 282 famílias são realocadas. **Infonet.** 21 de julho de 2020. Disponível em : < https://infonet.com.br/noticias/cidade/em-mais-uma-operacao-nas-mangabeiras-282-familias-sao-realocadas/>).

[9] Segundo a Defensoria Pública de Sergipe, através do diretor de Núcleo de Bairros, Alfredo Nikolaus :"No dia 22 de junho, recebemos diversas ligações de famílias que informaram da presença na Ocupação de representantes da Prefeitura de Aracaju, acompanhados com guardas municipais e viatura policial, para distribuir notificação de desocupação do local até o dia 24 de julho. Segundo informações dos ocupantes, apenas 800 famílias foram cadastradas pelo município para aluguel social e inserção no programa de moradia, e 300 ainda estão sem assistência, principalmente sem destino de um local digno" (INFONET ,06 de julho de 2020).

[10] Considerada essa advertência, o empreendimento proposto pela PMA não segue diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 42/2000). Segundo FRANÇA, (2019, p.124) em junho de 2009 houve uma Ação Civil Pública (ACP) conduzida pela Justiça Federal, determinando o bloqueio temporário de expedição de alvarás, licenciamento, construção e inauguração de quaisquer empreendimentos na ZEU.

uma ação civil na Justiça Federal em defesa das famílias catadoras de mangabas e contra a Prefeitura de Aracaju, que por decisão judicial ficou impedida de prosseguir com as obras do Conjunto Habitacional Irmã Dulce dos Pobres, por não apresentar licenciamento ambiental e descumprir decisão anterior que havia proibido a realização de novos empreendimentos na Zona de Expansão Urbana até que fossem realizadas as obras de infra-estrtura necessárias para evitar os recorrentes alagamentos na região. Segundo Rios (2020):

> Para a procuradora do MPF/SE, Lívia Tinoco, a forma como tudo se deu trouxe graves problemas para a comunidade que tinha na área a sua forma de subsistência. "Se iniciou uma grande movimentação para implantação do empreendimento, mas com uma ignoração de que ali tem uma comunidade extrativista catadora de mangaba e que atua há mais de anos. São 11 famílias. Temos a mangaba como árvore símbolo de Sergipe. Além da mangaba ter esse valor para o Estado, a Assembleia Legislativa reconheceu o grupo Catadores de Mangaba de Sergipe como um grupo tradicional, específico e diferenciado protegido por Convenção Internacional. Essa comunidade foi completamente desrespeitada e invisibilizada. O município jamais realizou consulta prévia a essa comunidade", explica a procuradora[...] Outro pedido diz respeito a uma consulta pública realizada pela Prefeitura de Aracaju, que foi encerrada nesta sexta-feira, 14, para criação de uma unidade de conservação ambiental na área, sem estudos ambientais e sem ouvir a comunidade tradicional extrativista afetada. A procuradora também requer que seja proibida nova derrubada de cercas dos sítios das famílias componentes da população tradicional que realizam atividade extrativista na área e sejam recompostas pelos acionados as cercas e os barracões de armazenamento de frutas que foram derrubados.A proibição de derrubada de árvores de mangaba, ouricuri ou cajueiro e a contagem das árvores frutíferas do local também foram requeridas [...] Se estima que tenham aproximadamente cinco mil pés de mangaba e a prefeitura já arrancou cerca de 50 pés. A área tem nascentes, lagoas, afluentes de lençol freático, que são necessários para manter aquela reserva. Pode ser que não se possa construir sobre essas nascentes, lagoas e lençóis porque essas mangabas podem perecer. Pode ser que leve ao desaparecimento do restante das mangabas. Só os estudos podem dizer isso. Existe uma suspeita que isso possa acontecer", aponta Lívia Tinoco[...]

A repercussão do conflito provocou tensionamentos entre instituições do executivo, legislativo e judiciário, bem como manifestações da sociedade civil organizada, movimentos sociais , sindicatos, de forma que as soluções técnicas e políticas ainda não apresentadas, traduzem a fragilidade dos direitos sociais e ambientais cujas violações só ampliam a insegurança das classes sem acesso à moradia e ao meio ambiente preservado e equilibrado. As famílias desassistidas acamparam na porta da Prefeitura de Aracaju para exigir uma solução, mesmo que provisória, uma vez que a remoção dos barracos as colocou em situação de desabrigamento.

Em nota enfatizou o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU, 2020);

> Essa questão é um agravante em meio à situação de vulnerabilidade social e econômica em tempos de pandemia, gerando insegurança à essas famílias, que estão em iminência de ficarem na rua e/ou se alojarem em espaços ainda mais precários, com seus familiares, o que piora a situação e aumenta as possibilidades de contaminação da COVID-19. Além disso, a utilização de forças policiais nestas ações de remoções provoca aglomerações e exposição ao risco de contaminação do vírus, e também criminaliza a luta social pela moradia, amplamente defendida numa democracia, cujo planejamento participativo, sobretudo com envolvimento das famílias atingidas, é a chave para um projeto urbano efetivo e de qualidade.

A Associação dos/as Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS) também se manifestou:

> Aquelas famílias estão completamente desassistidas pelo poder público municipal, o que é lamentável e merece o nosso repúdio. Todos os dias, mulheres, homens, crianças e pessoas idosas têm enfrentado chuva, calor e fome, o que amplia as suas vulnerabilidades, num momento de ainda maior necessidade de proteção e cuidados com a saúde, por conta da pandemia denuncia Marcelo Ueki, diretor da ADUFS, que esteve na manhã dessa quarta-feira (16) junto às famílias no acampamento.

Diante da judicialização do conflito, a prefeitura de Aracaju, avaliou os casos das famílias que exigiam o aluguel social, determinando estudos de perfil socioeconômico e em acordo com integrantes da ocupação, movimentos sociais em apoio aos desabrigados, Ministério Público e Defensoria Pública atende às requisições das famílias acampadas :

> O encaminhamento, definido em acordo firmado entre as famílias e a Procuradoria Geral do Município, nessa quinta-feira (24/09), é resultado de intensa mobilização das próprias famílias, que resistiram às tentativas de desassistência por parte da Prefeitura. “Depois de muita luta, de 22 dias sem descanso, conseguimos esse direito. A luta continua, por emprego e moradia digna”, frisou Isaias Souza, liderança da Ocupação. (ADUFS, 25 de setembro de 2020).

A breve exposição desse conflito emblemático que envolve a derrubada de barracos e plantas nativas, a resistência e luta dos que tiveram seus direitos violados, dos movimentos extrativistas, dos movimentos de luta pelo direito à moradia, desnuda as dificuldades para usufruirmos do prometido desenvolvimento sustentável capaz de assegurar moradia digna

com acesso a saneamento básico de qualidade, saúde, segurança, educação e preservação do meio ambiente. A ocupação precária nas mangabeiras e as soluções apresentadas pelo poder público traduz o quanto na produção do espaço urbano são violados os direitos humanos que exigem uma perspectiva de totalidade na relação sociedade-natureza que entendemos não ser possível de ser alcançada na sociabilidade do capital, conforme denuncia o conflito socioambiental relatado.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou resultados finais da pesquisa PIBIC, de forma a destacar um aspecto importante para o alcance dos objetivos: trata-se do processo de apropriação capitalista na cidade de Aracaju, demarcada por uma lógica mercantilista da terra urbana, da casa, negando o direito à moradia digna. Tal situação é amparada por um Estado que regula o uso e apropriação dos espaços, provocando a explosão de aglomerados subnormais, enquanto privilegia o capital, as classes de alto poder aquisitivo que ocupam as áreas nobres da cidade.

As fontes pesquisadas demonstram fortes elementos que vinculam a produção de um espaço segregado às ações do capital e do Estado que por meio das políticas de habitação construiu ao longo do tempo (1968-2014) conjuntos e empreendimentos habitacionais na região metropolitana de Aracaju. A consequência foi a divisão do espaço por classes sociais e a transformação da habitação em uma mercadoria, servindo à lógica de reprodução da financeirização imobiliária A pesquisa aponta para a produção de relações sociais atravessadas por conflitos de interesses de classes no uso e apropriação da cidade e do ambiente que a cerca.

As consequências sociais e ambientais se expressam em territórios segregados ou aglomerados subnormais que reúnem parcela mais empobrecida da classe trabalhadora. As condições precárias de moradia são desprovidas de acesso a bens e serviços, marcadas pela falta de um projeto arquitetônico urbanístico de qualidade para atender aos requisitos de uma moradia adequada com acesso a esporte, saúde, educação, lazer e cultura e que busque preservar o meio ambiente com uso de tecnologia ecológica sustentável, criando assim uma harmonização entre o espaço urbano e a natureza**.**

São nos territórios segregados e nos aglomerados subnormais destes mesmos territórios, que os conflitos socioambientais mediados pela questão habitacional foram identificados. Conflitos que expressam a luta e a resistência dos trabalhadores contra um sistema que produz e reproduz desigualdades e impede o direito de todos a viver bem nas

cidades, conforme revelou o quantitativo de ocupações irregulares realizadas pelos movimentos sociais, o tratamento repressivo por parte do poder público e a disputa por recursos ambientais e condições de moradia, cuja expressão mais forte foi o conflito na Ocupação das Mangabeiras.

6- PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS

Tendo em vista os resultados finais da pesquisa PIBIC 2020-2021 que possibilitaram identificar os territórios de segregação de Aracaju, as áreas de vulnerabilidade social e ambiental, os conflitos ambientais urbanos traduzidos nas lutas por moradia, reconhecemos os bairros Porto Dantas (Zona Norte), Santa Maria (Zona Zul) e Zona de Expansão Urbana (ZEU) como os mais importantes locais de potenciais conflitos socioambientais na cidade de Aracaju. A pesquisa também permitiu identificar a luta por moradia na Ocupação das Mangabeiras, iniciada desde 2014 no Bairro 17 de Março (Zona Sul) e a grande repercussão que teve em 2020 as intervenções públicas no local, implicando envolvimento de movimentos sociais, populações tradicionais extrativistas e processos judiciais, o que contribuiu para definir o Bairro 17 de Março como uma outra área de conflitos socioambientais que merece atenção da pesquisa. Os estudos documentais apontam também que nas áreas de interesse do mercado imobiliário como a ZEU e o Bairro Jabutiana (Zona Oeste), a existência de empreendimentos privados, ocupações informais e fragilidades ambientais geram segregação, disputas entre as classes por diferentes formas de apropriação num mesmo espaço urbano e desiguais impactos ambientais.

Esse é o cenário que nos desafia a concentrar os esforços de pesquisa de iniciação científica em torno da temática do desenvolvimento urbano (in)sustentável e questão habitacional, de modo a investigar as desiguais condições de moradia e os conflitos ambientais urbanos que emergem desse processo. Para o período 2021-2022 o PIBIC priorizará os bairros Jabutiana (Zona Oeste), Santa Maria, e 17 de Março (Zona Sul) em Aracaju.

Para além dos motivos já expostos, a proposta de pesquisa converge com os interesses do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM-UFS) cujas discussões têm apontado a necessidade dos seus pesquisadores contribuírem para ampliar o conhecimento sobre a realidade local, na particularidade da região Nordeste, com a perspectiva de disponibilizar para o corpo docente e discente do curso de Serviço Social, mas não somente, uma melhor

caracterização das determinações e expressões da "questão social" e suas formas de enfrentamento no contexto sergipano.

7- REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H . Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. O Social em Questão. Ano XVIII, n.33, p.57-68, jan-abr de 2015.Disponível em : < http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_1_Acserald.pdf>. Acesso em 07 de março de 2020.

ADUFS. ADUFS se solidariza com famílias da Ocupação das Mangabeiras e repudia descaso da Prefeitura de Aracaju. **ADUFS.** 16 de setembro de 2020. Disponível em: **https://adufs.org.br/conteudo/1963/adufs-se-solidariza-com-familias-da-ocupacao-das-mangabeiras-e-repudia-descaso-da-prefeitura-de-aracaju. Acesso em 22 out. 2020.**

ADUFS. Famílias da Ocupação das Mangabeiras conquistam auxílio moradia. **ADUFS**. 25 de setembro de 2020. Disponível em : <https://adufs.org.br/conteudo/1966/familias-da-ocupacao-das-mangabeiras-conquistam-auxilio-moradia> . Acesso em 30 de outubro de 2020.

Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. IBGE. Disponível em: < **https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf**> acesso em dezembro de 2020.

ARACAJU. Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento. FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Relatório Final do Diagnóstico da Cidade de Aracaju**. Aracaju, 2014. Disponível em: <https://ewsdata.rightsindevelopment.org/files/documents/11/IADB-BR-L1411_WbttEZe.pdf>. Acesso em: out. 2020.

ARAÚJO et all. Caracterização do quadro atual de conflitos socioambientais na região Nordeste do Brasil. Relatório Final PIBIC. São Cristóvão: UFS, 2018.

BEHRING, E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo:Cortez,2003.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "direito à cidade". Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/ view/177180. doi: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892. geousp.2020.177180.

CARNEIRO; PEREIRA. **A dimensão ambiental dos conflitos urbanos**: reflexões a partir do estudo de caso da formação de um bairro periférico. **XVI ANPUR Espaço, planejamento e insurgências,** Belo Horizonte, BH, ST. 04, p. 01-21, 2015.

CAU/SE . Nota Pública sobre remoção na Ocupação das Mangabeiras. **Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe.** Aracaju 25 de agosto de 2020. Disponível em https://www.cause.org.br/?p=18040. Acesso em 13 de outubro de 2020.
CHESNAIS, F. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, J.M de A. Conflitos socioambientais no Estado de Sergipe: natureza, elementos deflagradores e sujeitos políticos envolvidos. 2019. Dissertação. (Programa de Pós Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-Se.

FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana**: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-Se. São Cristóvão, Se: Editora UFS, 2019.

G1 SERGIPE, Prefeitura de Aracaju anuncia a construção de 1.102 casas na Ocupação das Mangabeiras **G1 SERGIPE.** Aracaju, 15 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/06/15/prefeitura-de-aracaju-anuncia-a-construcao-de-1102-casas-na-ocupacao-das-mangabeiras.ghtml. Acesso em jun. de 2020.

G1 SERGIPE. Reintegração de posse retira 71 pessoas de prédio na Região Central de Aracaju. **G1 SERGIPE.** Aracaju, 23 maio. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/05/23/reintegracao-de-posse-ocorre-em-predio-na-avenida-ivo-do-prado-em-aracaju.ghtml. Acesso jun. de 2021.

G1 SERGIPE. MPF ajuíza ação em caráter de urgência para solucionar conflito na área das Mangabeiras, em Aracaju. **G1 SERGIPE**, Aracaju, p. 1, 14 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/08/14/mpf-ajuiza-acao-em-carater-de-urgencia-para-solucionar-conflito-na-area-das-mangabeiras-em-aracaju.ghtml.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, E. C. Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas.** São Luis, número Especial, p.257-267, jul. de 2014. Disponível em: file:///C:/Users/CARLAA~1/AppData/Local/Temp/2715-19266-1-PB.pdf. Acesso em: agosto de 2020

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola,1993.

HARVEY, D. O direito à cidade. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf> acesso em agosto de 2020.

HARVEY, D. O novo imperialismo. 5.ed. São Paulo: Ed. Loyola,2011.

IBGE. Disponível em < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio> acesso em dezembro de 2020.

INFONET. Defensoria cobra auxílio para famílias da ocupação Mangabeiras**. INFONET**, Aracaju, 06 de julho. 2020. Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/cidade/defensoria-cobra-auxilio-para-familias-da-ocupacao-mangabeiras/. Acesso em: out. 2020

JORNAL DA CIDADE. Ocupação das Mangabeiras**:** prefeitura realoca 166 famílias. 21 de julho de 2020. **JORNAL DA CIDADE**. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/cidades/2020/07/318637/ocupacao-das-mangabeiras-prefeitura-realoca-166-familias.html. Acesso em out. de 2020.

JORNAL DO DIA SE Prefeitura conclui análise dos dados de supostos moradores da antiga Ocupação das Mangabeiras**. JORNAL DO DIA SE.** 04 de setembro de 2020. Disponível **em: http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=50420&t=prefeitura-conclui-analise-dos-dados-de-supostos-moradores-da-antiga-ocupacao-das-mangabeiras. Acesso em out. de 2020.**

MARANHÃO, C.H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A.E. Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo:Cortez,2012, p.78-104.

Marco Zero Conteúdo. Em pleno domingo, PM de Sergipe desocupa com violência imóvel da família da primeira-dama de Aracaju. **Marco Zero.** Aracaju, 23 maio. 2021. Disponível em: https://marcozero.org/em-pleno-domingo-pm-de-sergipe-desocupa-com-violencia-imovel-da-familia-da-primeira-dama-de-aracaju/. Acesso jun. de 2021

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. O Capital. Crítica da economia política. Livro 1, v.1, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, D. Defensoria Pública entra com Ação Civil Pública em favor das famílias da Ocupação Mangabeiras. Defensoria Pública. 23 de julho de 2020. Disponível em: **https://www.defensoria.se.def.br/?p=25741**. Acesso out. 2020.

MATOS, E. Dinâmica econômica, processo de urbanização e mercado de trabalho: o caso de aracaju (1970-2005). XVII encontro Nacional de Estudos Populacionais . Caxambu-MG, 2010. Disponível em : < http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2331>. Acesso em 09 de março de 2020

MODESTO, Érica Andrade. Organização espacial e política das ocupações do MTST em Aracaju/SE e seus desdobramentos habitacionais. 2019. 114 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**.** Após muita luta, MTST Sergipe conquista terreno para Ocupação Beatriz Nascimento. 11 de junho de 2018. Brigada de Comunicação do

MTST Disponível em: https://mtst.org/mtst/apos-muita-luta-mtst-sergipe-conquista-terreno-para-ocupacao-beatriz-nascimento. Acesso jun. 2021.

NENOTICIAS. MPF pede que Justiça Federal solucione conflito nas Mangabeiras. **NENOTICIAS,** Aracaju, 14 de agosto. 2020. Disponível em: https://www.nenoticias.com.br/mpf-pede-que-justica-federal-solucione-conflito-nas-mangabeiras/. Acesso em out. de 2020

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Em Pauta. FSS-UERJ. Rio de Janeiro: ed. Revan,n.19, 2007. Disponível em : <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/190/213> acesso em fevereiro de 2018.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em : http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf. Acesso em agosto de 2020.

NUNES, C. A da S. "Questão ambiental" e "questão social": Uma crítica ao debate ideopolítico sobre a pobreza da natureza e a natureza da pobreza. 2019. Tese. (Programa de Pós Graduação em Serviço Social). UFRJ, Rio de Janeiro-RJ.

ONU. Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.2015. Disponível em:<ttps://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: mar. 2017.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento humano 2003. Objetivos do desenvolvimento do milênio. Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-globais.html Acesso em fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. .**Lei 7383 de 07 de maio de 2010**. Dispõe sobre a instituição do auxílio moradia transitória e dá outras providências. https://leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-ordinaria/2010/387/3873/lei-ordinaria-n-3873-2010-dispoe-sobre-a-instituicao-do-beneficio-auxilio-moradia-transitoria-e-da-outras-providencias

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Decreto Municipal nº 69.187 de 15 de julho de 2020.** *Prorroga os prazos das medidas de isolamento social e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.111, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), e dá providências correlatas.* Disponível em : ht. tps://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=398612 Acesso em: outubro de 2020.

RIOS, D. MPF pede indenização para catadores de mangaba. **JORNAL DA CIDADE**. 17 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/cidades/2020/08/318984/mpf-pede-indenizacao-para-catadores-de-mangaba.html. Acesso em out. de 2020.

RODRIGUES, D. Bitencoourt: Residencial das Mangabeiras é uma grande obra para a história da gestão pública". 22 de julho de 2020. **Câmara Municipal de Aracaju.** Disponível em : https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/professor-bittencourt-201cresidencial-das-mangabeiras-e-uma-grande-obra-para-a-historia-da-gestao-publica-de-aracaju201d Acesso em : 05 de outubro de 2020.

SANTANA, Leandro Barros de. Fragilidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Aracaju-SE. 2019, 257 f. - Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEO, Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, Danielle Menezes dos. **Assentamentos Habitacionais Populares e o Desenvolvimento Sustentável**: a realidade do Bairro 17 de Março, Aracaju - Sergipe. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

SANTOS, J. E. A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU). 2017. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em Geografia) . Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-Se.

SANTOS, Mário Jorge Silva. A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju(SE) : interfaces da ação do estado e do capital. 2018. 449 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURINHO, OLIVEIRA, CABRAL, and LIMA (2009). **O movimento organizado dos trabalhadores urbanos (MOTU) no contexto dos movimentos sociais urbanos**. Trabalho apresentado no XIX Seminário Latino-Americano de Escolas de Serviço Social. Trabalho Social na situação da América Latina: desafios para a sua formação, articulação e ação profissional. Universidade Católica de Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Equador. 4-8 de Outubro de 2009.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas obre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E. ;VAINER, C. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: vozes, 2000.

8- OUTRAS ATIVIDADES

As atividades previstas no plano de trabalho seguiram um roteiro de estudos discutido pela equipe executora da pesquisa para embasamento teórico e metodológico através de leitura e debate nos encontros de orientação. Além das orientações junto à equipe, foram oportunizados encontros mensais junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas GEPEM-UFS quando participei de atividade de extensão e de oficinas de formação para a pesquisa. A partir desses estudos e debates semanais e dos encontros mensais de extensão foram produzidos fichamentos e sínteses parciais de acordo com cada eixo temático do roteiro de estudos o que contribuiu para o processo de aprendizagem da pesquisa científica. Dentre os eixos temáticos discutidos nas reuniões semanais de orientação da pesquisa destaca-se:

- A importância da pesquisa e do método em Marx, tendo por referência teórica o texto do autor José Paulo Netto "Introdução ao estudo do método em Marx".
- Problematizando vulnerabilidade, riscos ambientais e desenvolvimento humano. Para esse segundo eixo foram lidos e debatidos os textos da Eliana Guerra "Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades do Brasil contemporâneo" e de Henri Acselrad intitulado "Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental". Para além desses dois também foi lido e debatido o documento/relatório do PNUD, relatório do desenvolvimento humano do ano de 2014 intitulado de "Sustentar o progresso humano: reduzir vulnerabilidades e reforçar a resiliência".
- Apropriação capitalista da cidade, tendo como referência o artigo do autor David Harvey "O direito à cidade" e o texto da autora Sarah França "Vetores da expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju".
- Debate sobre "conflitos socioambientais e segregação sócioespacial", tendo por referenciais teóricos o texto de Carneiro e Pereira (2015) intitulado de "A dimensão ambiental dos conflitos urbanos: reflexões a partir do estudo de caso da formação de um bairro periférico" e a dissertação de mestrado do autor Jorge Edson "A LUTA POR HABITAÇÃO POPULAR: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)".

Quanto aos temas estudados nos encontros mensais da atividade de extensão organizada pelo GEPEM-UFS, intitulada "Pensar Sergipe" e realizada entre agosto e novembro de 2020, destacamos:

- Pensando a economia em Sergipe
- Pensando a apropriação capitalista da terra e da água no campo sergipano
- Pensando o desenvolvimento urbano em Sergipe
- Pensando direitos e políticas sociais em Sergipe em tempos de criminalização da pobreza em Sergipe

Quanto às atividades mensais de formação das equipes de pesquisa PIBIC vinculadas ao GEPEM, destacamos as oficinas realizadas no período de março a julho de 2021:

- Oficina da ABNT, desenvolvida em dois módulos de modo que no primeiro foi trabalhado o conteúdo "Citações", enquanto no segundo deu-se ênfase ao conteúdo "Normas a respeito do uso das referências em trabalhos acadêmicos e científicos". Cabe destacar que essa oficina foi ministrada pela professora do Programa de Educação Tutorial (PET-UFS) Maria Lúcia Machado Aranha.
- Oficina organizada e coordenada pela professora Milena Barroso integrante do GEPEM-UFS e ministrada por mestrandas do programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade federal do Amazônia (UFAM). O tema da oficina foi "Como fazer pesquisa em bancos de dados da CNPq e acervos das universidades públicas".

Afora a revisão bibliográfica foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Participação na comissão organizadora dos encontros "Pensar Sergipe"
- Produção de fichas para coleta de dados documentais
- Pesquisa documental em sites de jornais
- Pesquisa documental no site da pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
- Elaboração de quadro síntese com as teses e dissertações encontradas
- Seleção das teses e dissertações a serem lidas e fichadas.
- Elaboração de artigo para publicação livro organizado pelo GEPEM-UFS: coletânea "Pensar Sergipe"
- Submissão de resumo "CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E QUESTÃO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE ARACAJU" no VI ENCONTRO NACIONAL (ENGPECT) e XII FÓRUM do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho/GPECT.
- Elaboração de artigo intitulado "CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: luta por habitação no município de Aracaju/Se" para apresentação na Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINP).
- Publicação do artigo "Questão Habitacional e Desenvolvimento (In)Sustentável: desigualdades sociais e ambientais "nos barracos da cidade" de Aracaju" na coletânea Pensar Sergipe que pode ser acessado pelo ISBN (978-65-251-0040-1)
- Participação na condição de ouvinte e coautor da live de lançamento da coletânea do Livro "Pensar Sergipe", organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas GEPEM-UFS. A live pode ver vista pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=1dXIR1c65D4.
- Participação como ouvinte do "webnário: **O golpe de 2016 e a ascensão da extrema direita no Brasil**", organizada pelo GEPEM-UFS e disponibilizada na plataforma You tube podendo ser acessada pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=cDAwBtcAQEw.

- Participação como ouvinte do I ENCONTRO DE COTISTAS DA UFS - RACISMO NA UNIVERSIDADE: Sutilezas, métodos meritocráticos e burocráticos, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ/UFS). disponível em: 1º dia (https://www.youtube.com/watch?v=sTpr65J7QRQ) 2º dia (https://www.youtube.com/watch?v=sTpr65J7QRQ).